

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
CURSO DE MUSEOLOGIA**

JACQUELINE MARTINS FRISON

**MEMÓRIA E JUDICIÁRIO:
Reflexões sobre a ação educativa *Conhecendo a Justiça Eleitoral***

Porto Alegre

2014

JACQUELINE MARTINS FRISON

MEMÓRIA E JUDICIÁRIO:

Reflexões sobre a ação educativa *Conhecendo a Justiça Eleitoral*

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Museologia, na Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sob orientação da Prof.^a Me. Ana Carolina Gelmini de Faria.

Porto Alegre

2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitor Carlos Alexandre Netto
Vice-Reitor Rui Vicente Oppermann

FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO

Diretora Ana Maria Mielniczuk de Moura
Vice Diretor André Iribure Rodrigues

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO

Chefe Maria do Rocio Fontoura Teixeira
Chefe Substituto Valdir Jose Morigi

COMISSÃO DE GRADUAÇÃO DO CURSO DE MUSEOLOGIA

Coordenadora Ana Carolina Gelmini de Faria
Vice-coordenadora Jeniffer Alves Cuty

F917m Frison, Jaqueline Martins

Memória e Judiciário: reflexões sobre a ação educativa Conhecendo a
Justiça Eleitoral / Jaqueline Martins Frison. – Porto Alegre, 2014.

99f.

Monografia (Graduação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação. Curso de Museologia. Porto
Alegre, 2014.

Orientação: Prof. Ana Carolina Gelmini de Faria.

1. Museologia. 2. Educação em Museus. 3. Ação educativa. I. Faria,
Ana Carolina Gelmini de. II. Título.

CDU 069.1

Departamento de Ciências da Informação

Rua Ramiro Barcelos, 2705
Bairro Santana
Porto Alegre – RS
CEP 90035-007
Telefone: 51 3308 5067
E-mail: fabico@ufrgs.br

MEMÓRIA E JUDICIÁRIO:

Reflexões sobre a ação educativa *Conhecendo a Justiça Eleitoral*

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Museologia na Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Aprovado pela banca examinadora em 07 de julho de 2014.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Me. Ana Carolina Gelmini de Faria (Orientadora) – UFRGS

Prof. Dr. Jean Tiago Baptista - UFG

Prof^a. Dra. Eloisa Helena Capovilla da Luz Ramos - UNISINOS

Dedico ao Caio, meu filho amado, meu amigo, meu companheiro e parceiro na grande aventura que é a vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à professora Ana Carolina Gelmini de Faria pelo empenho, dedicação e gentileza.

Agradeço ao Caio e à Eva pela paciência e dedicação e peço desculpas pelas minhas ausências.

Agradeço ao Luís Antônio e ao Alfredo pela parceria e pela criatividade, ambas indispensáveis para que a ação educativa aconteça.

Agradeço à Sílvia Britto que me ajudou a reunir o material necessário para a pesquisa.

Agradeço à Vera Coutinho que me incentivou a prosseguir com ações ligadas à memória e à educação.

Os analfabetos do próximo século não são aqueles que não sabem ler ou escrever, mas aqueles que se recusam a aprender, reaprender e voltar a aprender.

Alvin Toffler

RESUMO

Essa monografia apresenta um breve estudo sobre a ação educativa Conhecendo a Justiça Eleitoral, desenvolvida pelo Memorial da Justiça Eleitoral Gaúcha, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Tendo sido criada em 2007 de forma experimental, a ação educativa foi sendo constituída e hoje tem caráter permanente, sendo uma das principais atividades do Memorial. Neste trabalho buscou-se apresentar uma análise do processo de criação e desenvolvimento da ação educativa através de uma aproximação teórica, utilizando conceitos norteadores, à prática desenvolvida. Para tanto, ideias de Freire, Ramos e Meneses, entre outros, foram empregadas para alicerçar esta construção. Também foram abordados os aspectos metodológicos e os recursos educativos empregados.

Palavras-chave: Museologia. Educação em Museus. Ação Educativa.

ABSTRACT

This monograph presents a brief study on the educational action Knowing the Electoral Court, developed by the Rio Grande do Sul's Memorial of Elections, in Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Established in 2007 on an experimental basis, the educational action was being formed and now happens permanently, being one of the main activities of the Memorial. This paper aims to present an analysis of the creation and development of educational action process through a theoretical approach, using guiding concepts, the practice developed. To this end, ideas of Freire, Ramos and Meneses, among others, were employed to support its construction. Methodological aspects and educational resources employees were also addressed.

Keywords: Museology. Education in Museums. Educational action.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Urna de madeira utilizada até a década de 1950.....	34
Figura 2 – Urna de lona que veio a substituir a de madeira.....	34
Figura 3 – Urna Eletrônica com identificador biométrico.....	36
Figura 4 – Ilustração que demonstra o "caminho" do voto.....	37
Figura 5 – Título eleitoral expedido em 1883.....	39
Figura 6 – Título eleitoral expedido no AM, 1907.....	40
Figura 7 – Carta de identidade de eleitor expedida no RS, 1921.....	41
Figura 8 – Modelo de cédula utilizado em 1989.....	42
Figura 9 – “Diretas Já” – Praça Montevideu em Porto Alegre.....	43
Figura 10 – Charge sobre “Operação Condor”.....	44
Figura 11 – Primeira logomarca criada em 2009.....	47
Figura 12 – Logomarca utilizada a partir de 2013.....	48
Figura 13 – Slide 5 da apresentação do Conhecendo a Justiça Eleitoral.....	49
Figura 14 – Charge sobre o eleitor fósforo.....	51
Figura 15 – Imagem da apresentação do Conhecendo utilizando o Prezi.....	52
Figura 16 – Capa e contracapa do DVD “No tempo de Moysés Vianna” 1ªed.....	53
Figura 17– Capa e contracapa do DVD “No tempo de Moysés Vianna” 2ªed.....	54
Figura 18 – Música Popular Brasileira.....	56
Figura 19 – Boto.....	57
Figura 20 – Bombeira.....	57
Figura 21 – Frente da primeira versão do folder elaborado em 2007.....	60
Figura 22 – Verso do folder elaborado em 2007.....	60
Figura 23 – Frente do folder de divulgação - versão 2014.....	61
Figura 24 – Verso do folder de divulgação - versão 2014.....	62
Figura 25 – Capa da primeira cartilha, 2007.....	63
Figura 26 – Capa da Cartilha, 2012.....	64
Figura 27 – Encarte especial Escola Nova Sociedade, 2011, p.1.....	65
Figura 28 – Encarte especial Escola Nova Sociedade, 2011, p.7.....	66
Figura 29 – Encarte especial escola Nova Sociedade, 2011, p.5.....	67
Figura 30 – Texto A Política no Cotidiano.....	69
Figura 31 – Textos sobre a Primeira República e sobre o Golpe de 1930.....	70

Figura 32 – Charges sobre crime eleitoral	71
Figura 33 – Revista em quadrinhos “No tempo de Moysés Vianna” 1ª e 2ª ed.	72
Figura 34 – Revista em quadrinhos “No tempo de Moyses Vianna” 3ª ed.	73
Figura 35 – Tabela com números de edições e participantes	78
Figura 36 – Frente da “cédula” utilizada para avaliar a exposição, 2007	80
Figura 37 – Verso da “cédula” utilizada para avaliar a exposição, 2007	81
Figura 38 – Avaliação de estudante da 6ª série do ensino fundamental - São Leopoldo- RS	82
Figura 39 – Avaliação de estudante no Projeto Jovens Aprendizes – ensino médio – Canoas – RS	83

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 A AÇÃO EDUCATIVA <i>CONHECENDO A JUSTIÇA ELEITORAL</i>	17
2.1 Um breve histórico	17
2.2 A equipe	19
2.3 Conceitos norteadores	20
2.3.1 Educação e aprendizagem	20
2.3.2 A Memória Social	24
2.3.3 Poder Judiciário	27
2.3.4 Cidadania	28
2.3.5 Ação educativa e museu	29
2.4 A construção do roteiro prévio	31
2.4.1 Objetos geradores e dispositivos de provocação	33
3 MATERIAIS EDUCATIVOS E DE APOIO	45
3.1 Audiovisuais e apresentações	45
3.2 Materiais Impressos	59
4 O <i>CONHECENDO</i> E SUAS RELAÇÕES	75
4.1 O <i>Conhecendo</i> e o Memorial: as relações no âmbito do TRE-RS	75
4.2 O <i>Conhecendo</i> em números	78
4.3 As versões do <i>Conhecendo</i>	78
4.4 As avaliações	79
5 CONCLUSÃO	85
REFERÊNCIAS	88
ANEXO A – ESTUDANTES DA E.E.E.F. SEN. SALGADO FILHO	91
ANEXO B – “NO TEMPO DE MOYSÉS VIANNA” - DVD	92
ANEXO C – STORYBOARD PARA A REVISTA “NO TEMPO DE MOYSÉS VIANNA”	93
ANEXO D – PARTICIPAÇÃO NO PROJETO CONHECENDO A JUSTIÇA ELEITORAL	94
ANEXO E – RELATÓRIO DO 3º FÓRUM NACIONAL DE MUSEUS	96
ANEXO F – MESA REDONDA	98

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho versa sobre a reflexão a partir da prática da ação educativa *Conhecendo a Justiça Eleitoral* desenvolvido pelo Memorial da Justiça Eleitoral Gaúcha e seus desdobramentos. Esta atividade destina-se aos estudantes do Ensino Fundamental a partir do oitavo ano, do Ensino Médio e do Ensino de Jovens e Adultos - EJA. Iniciou em 2007 e, desde então, está sendo aprimorada, ampliada, transformada para melhor atender aos objetivos e ao público participante.

A trajetória da Justiça Eleitoral, enredada na história nacional e nas memórias coletivas e individuais, é permeada de história política. É um terreno árido falar em política para um público que, muitas vezes, é marcado pela pouca ou nenhuma participação crítica. Não necessariamente por serem jovens, até porque muitos professores não se percebem como sujeitos participantes da política. Mesmo em uma escola que deveria ser o lugar privilegiado para a construção de conhecimento e da participação, por vezes, encontramos um público apático ou que não se considera um sujeito/cidadão/ator social. A proposta da ação educativa *Conhecendo a Justiça Eleitoral* é colaborar para a desconstrução de conceitos arraigados no senso comum que afirmam que a política é para poucos, que o homem comum não pode empoderar-se, participar do controle social e cambiar sua realidade.

O projeto surgiu a partir da constatação de que o Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul - TRE-RS - desenvolvia algumas ações dirigidas à sociedade como um todo. Havia campanhas na Instituição de maneira pontual: para esclarecer os eleitores sobre alistamento eleitoral, modos de utilização da urna eletrônica, para enfatizar a importância da participação de mesários, entre outras. Quanto ao público mais jovem, as campanhas limitavam-se a promover o cadastramento eleitoral aos dezesseis anos. Era necessária uma ação educativa que contribuísse para a formação cidadã - que não se dá de forma automática após a obtenção do título eleitoral e o direito de votar e/ou ser votado - é uma construção mais ampla que deve iniciar-se no processo de socialização de um indivíduo. Foi então criada uma ferramenta de diálogo com o público estudantil explicitando as ações da Instituição, e indo mais além, desvinculando o conceito de que política se faz somente através da prática partidária. O *Conhecendo a Justiça Eleitoral* trata da política do cotidiano, na qual a partidária é apenas um segmento.

A ação educativa - seus objetivos e metodologias - é um desdobramento do caráter educativo das instituições promotoras. No caso do *Conhecendo*¹, a proposta é construir, a partir de uma relação dialógica, conhecimentos que instiguem o participante a refletir e agir criticamente sobre o seu cotidiano a partir de temas e acervos que estimulem o debate.

O *Conhecendo a Justiça Eleitoral* é um projeto que se solidifica a partir das experiências de cada edição. Ao longo dos sete anos de realização múltiplos temas relacionados à Justiça Eleitoral promoveram debates como: o processo democrático e a representação através do voto; o viver em um Estado de Direito; a participação popular nas ações cotidianas e o exercício da cidadania. Cada experiência estimula a participação e compartilha saberes entre os sujeitos envolvidos.

Assim, como servidora do judiciário federal junto ao TRE - RS, integrante da Coordenadoria de Gestão da Informação - COGIN, lotada na Seção de Documentação - SEDOC - que é a responsável executiva pelo Memorial, e como uma das realizadoras do projeto *Conhecendo a Justiça Eleitoral*, encontro na conclusão do Curso de Museologia a oportunidade de realizar uma pesquisa de avaliação, visando analisar a receptividade, compreensão e apropriação pelos participantes da proposta e o desenvolvimento da ação educativa.

Ressalto o exercício de manter um maior distanciamento para refletir o projeto, a fim de realizar uma investigação do processo – desde sua concepção às realizações das edições. Entende-se neste trabalho a necessidade de um levantamento sistemático de dados e informações que poderão contribuir para a tomada de decisões sobre a continuidade e aperfeiçoamento da ação educativa.

Nesta perspectiva, refletir o projeto *Conhecendo a Justiça Eleitoral* implica investigar pontos de observações dos atores sociais envolvidos, bem como diferentes assuntos que se relacionam entre si, despertando indagações norteadoras para o trabalho: Em uma ação educativa que envolve história, memória social e o Poder Judiciário, qual é o tipo de contribuição efetiva para o educando? Qual é o conceito de ação educativa desenvolvido pelo Memorial da Justiça Eleitoral Gaúcha? Qual é o papel dos servidores do Tribunal, estudantes e professores envolvidos na ação educativa? Qual é a importância da ação educativa, e do próprio Memorial, para uma instituição do Judiciário Federal?

¹ A forma comumente utilizada pela Instituição e os seus servidores para referir-se a ação educativa *Conhecendo a Justiça Eleitoral*.

Para elucidar os questionamentos propostos, apresento como caminho a ser trilhado atingir os objetivos:

- a) analisar os conceitos que norteiam a ação educativa *Conhecendo a Justiça Eleitoral* através do seu histórico e dos materiais educativos e de divulgação;
- b) analisar quais os motivos que estimularam à sua criação e qual é a sua representação junto à Instituição;
- c) investigar o processo metodológico de concepção e realização das edições da ação educativa *Conhecendo a Justiça Eleitoral*;
- d) verificar a abrangência da ação educativa através do número de edições e escolas participantes de junho de 2007 a junho de 2014;
- e) avaliar de forma qualitativa a impressão junto aos participantes, através de instrumento de pesquisa aplicado em edições da ação educativa;
- f) observar como a ação educativa difunde a imagem institucional e quais os caminhos percorridos pelo Memorial para demonstrar a importância desta atividade para o público interno.

Tendo sido criado de forma experimental, o projeto institucional não possui em sua documentação inicial referenciais teóricos norteadores. Existe uma documentação administrativa para sua realização envolvendo recursos humanos e financeiros, objetivos e metas² expedida pela Coordenadoria de Gestão da Informação - COGIN³ solicitando autorização à Direção Geral. Era uma atividade que estava relacionada à uma exposição e seriam realizadas poucas edições, utilizando materiais e equipamentos disponíveis no Tribunal. À medida que o projeto tomava consistência e abrangência tornaram-se necessárias reflexões e indagações sobre quais conceitos fundamentavam as proposições apresentadas. Esse movimento foi sendo construído aliado ao empirismo. Sendo assim, conceitos como ação educativa, cidadania e memória social foram sendo paulatinamente discutidos no grupo, considerando a bagagem cultural de cada integrante, que traz consigo referências adquiridas através de suas vivências.

² As informações administrativas constam no processo administrativo n.º 2122/2007 que representa o primeiro documento oficial propondo a realização do projeto *Conhecendo a Justiça Eleitoral* e submetido à autorização da Direção Geral do TRE-RS. Compõe-se de memorandos e de um projeto piloto sobre a ação proposta.

³ A época chamava-se Coordenadoria de Documentação e Informação - CODIN.

Para a realização deste trabalho acadêmico busquei na teoria alicerces para relacionar o que já se havia constituído na prática, ainda que, não registrados na documentação administrativa. O embasamento teórico sobre educação encontrou subsídios principalmente na obra de Freire, em sua concepção de que o ato de educar é político e, de modo adaptado, a “palavra geradora”. Quanto à relação do ensino de história nas instituições museais, busquei referências nas proposições de Ramos a partir do “objeto gerador”. Outros teóricos como Gondar, Bosi e Meneses foram referências no conceito de memória social. Os conceitos evidenciados auxiliaram na construção de uma pesquisa de avaliação das experiências trazidas através das inúmeras edições realizadas, compilando dados e documentos da trajetória do *Conhecendo a Justiça Eleitoral*, bem como a receptividade e apropriação do público externo e da própria Instituição.

Assim, o itinerário da pesquisa foi dividido em quatro capítulos que contribuem para a investigação da experiência vivenciada através do *Conhecendo*, avaliando desde a idealização da iniciativa às interações sociais no contexto proposto.

Para tanto, no segundo capítulo apresento um breve histórico do projeto *Conhecendo a Justiça Eleitoral* e como ele tornou-se uma ação de longa duração da Instituição. Discorro sobre a equipe e sua formação e apresento os conceitos que norteiam esta prática e a metodologia proposta, as estratégias para sua execução; os conteúdos abordados que estão contidos em um roteiro prévio e as reações a partir dos “objetos geradores” apresentados como dispositivos no processo de aprendizagem provocado a cada encontro.

No terceiro capítulo investigo os recursos de apoio (audiovisuais) e materiais educativos, criados especialmente para o projeto e distribuído para os participantes (cartilha, história em quadrinhos, documentário e folders de divulgação), analisando o processo de elaboração e destacando as principais modificações e adaptações para adequá-los aos objetivos da ação educativa.

No quarto capítulo busco tecer reflexões sobre o papel da ação educativa, a vinculação do projeto ao Memorial e qual a sua relação junto à missão do TRE-RS. Apresento a abrangência do projeto numérica e espacialmente, a ampliação do alcance do *Conhecendo*, através do Ensino à Distância - EaD, para sensibilizar e instrumentalizar outros facilitadores no interior do Estado e os pareceres de avaliação a partir das observações colhidas junto aos estudantes.

Por último, nas Considerações Finais, através do exercício de aproximação da prática com a teoria reafirmo a importância das instituições de memória, sobretudo, aquelas relacionadas ao Judiciário Eleitoral, para contribuir no processo de emancipação do sujeito na busca da ampliação da cidadania. Rememorar a trajetória do *Conhecendo* proporcionou um aprendizado e a detecção de pontos de fragilidade e pontos positivos, impulsionando novas ideias para qualificá-lo. Apresento algumas sugestões para a melhoria no instrumento de avaliação e outras relacionadas a possibilidade de estimular os estudantes a confeccionar, através de ilustrações, fotografias e/ou textos, materiais que possam ser incorporados a ação educativa na forma de produtos.

2 A AÇÃO EDUCATIVA CONHECENDO A JUSTIÇA ELEITORAL

Este capítulo abordará o surgimento da ação educativa *Conhecendo a Justiça Eleitoral*, desenvolvida pelo Memorial da Justiça Eleitoral Gaúcha, assim como tratará sobre a formação da equipe responsável, os conceitos norteadores e o roteiro prévio da atividade. Apresentará alguns objetos do acervo utilizados para provocar a aprendizagem.

2.1 Um breve histórico

A partir das preparações para a cerimônia de lançamento de uma publicação intitulada o “Voto Eletrônico”, em 2007, no Plenário do TRE, foi solicitada à SEDOC uma exposição que ilustrasse o caminho percorrido desde os tempos da utilização das urnas de madeira até o advento da urna eletrônica. A partir desta demanda, foi elaborada uma mostra com três núcleos distintos que se inter-relacionavam: *As urnas do Brasil, Títulos na História e Portal da Democracia*⁴. Apesar de singela, a exposição apresentava um conteúdo comunicacional didático que poderia ser estendido para um maior público. A proposta inicial era a permanência da exposição por apenas uma semana no saguão do edifício-sede, todavia, estendeu-se por cinco semanas, pois foi aberta a possibilidade da visitação por parte das escolas do entorno.

A Escola Técnica Estadual Senador Ernesto Dornelles foi a primeira parceira devido a sua localização. Situada em frente ao prédio do TRE-RS, seus alunos visualizam toda a movimentação externa daquele prédio de mármore branco e vidraças esverdeadas, a chegada e saída de carros oficiais, a imprensa, homens engravatados... O intuito era recebê-los enfatizando que aquela edificação era pública, aberta a todos e explicar, em linhas gerais, as atribuições do Tribunal. Os estudantes foram recebidos no Plenário, onde algumas informações eram repassadas quanto à história da Instituição relacionando-a com os objetos expostos. Na sequência, os visitantes dirigiram-se ao saguão onde estava a exposição. Não foi inicialmente planejado um conteúdo mais amplo.

⁴ *Portal da Democracia* consiste em uma série de painéis sobre o período de 1984 a 2002 que trata da redemocratização no País, tendo sido criada pelo Tribunal Superior Eleitoral e cedida sua utilização ao TRE-RS.

A partir deste movimento, outras escolas foram convidadas a visitarem à exposição e percebeu-se a necessidade de concatenar a história da Justiça Eleitoral com o cotidiano dos estudantes e a pensar o próprio papel da instituição pública como agente de promoção de conhecimentos. Ou ainda, que aquelas visitas poderiam proporcionar uma aprendizagem mais significativa, se repensássemos a nossa prática e os nossos objetivos. Assim iniciou-se o projeto *Conhecendo a Justiça Eleitoral*.

Importante ressaltar que alguns paradigmas começaram a ser quebrados dentro da Instituição: estudantes circulando pelo prédio; o Tribunal eventualmente passou a receber visitantes no turno da manhã, sendo que o expediente é das 12 às 19 horas; para as escolas que se deslocavam de outros municípios ou bairros mais distantes era oferecido um lanche entre o “bate-papo” inicial e a visita à exposição. No entanto, devido ao pouco espaço no prédio e também ao calendário de sessões do Pleno, não é possível realizar muitas edições da ação educativa ao longo do ano. Para não interromper essa iniciativa, outras alternativas foram surgindo. Entre elas, a possibilidade de sua execução fora da sede do Tribunal.

A convite do Cartório Eleitoral de Alvorada, em 2007, realizamos as atividades do *Conhecendo* nas instalações do Foro daquele município, tendo a participação da juíza eleitoral que fez a abertura dos trabalhos⁵. Nesse caso específico, em Alvorada, município da grande Porto Alegre, para muitos estudantes o prédio do Foro era sinônimo de situações nefastas, como o familiar que estava preso e ali fora julgado; dos pais que resolveram litígios na vara de família; entre outros. Então, estar na sala de audiência do Foro para uma atividade lúdica tornava-se uma experiência diferenciada (ANEXO A).

Atualmente a ação educativa pode ocorrer tanto na sede do Tribunal quanto nas escolas. A segunda alternativa viabiliza mais edições por uma questão de logística. Dois servidores se deslocam com automóvel da Instituição levando equipamentos de informática e objetos do acervo. Torna-se mais fácil, econômico e seguro o deslocamento da equipe do Memorial para a escola do que uma turma de trinta e cinco ou mais estudantes para o Tribunal. Ainda na instituição escolar há a possibilidade de realizar a ação educativa com mais turmas, havendo disponibilidade

⁵ Foi a primeira participação de magistrados em uma edição do *Conhecendo a Justiça Eleitoral*. Ao longo dos anos, outras se seguiram, e tornou-se padrão convidar os juízes e promotores eleitorais e os servidores dos cartórios eleitorais para participarem da atividade. Em 2013, a então presidente do TRE - RS, desembargadora Elaine Macedo, esteve presente em diversas edições.

de horários. Há uma autorização prévia para que o *Conhecendo a Justiça Eleitoral* ocorra em qualquer cidade da região metropolitana de Porto Alegre, o que não envolve diárias, não onera o Tribunal e viabiliza a execução em diversos municípios⁶ ampliando o número de participantes.

As edições foram se sucedendo, e inicialmente o projeto que era temporário, foi se consolidando e tornou-se uma ação permanente, adquirindo uma representação positiva dentro da Instituição. Para suprir as demandas trazidas pela ação educativa, foram desenvolvidos outros projetos para a criação de materiais educativos e produtos que passaram a compor o *Programa Conhecendo a Justiça Eleitoral*.

2.2 A equipe

Tratando-se de um Memorial de pequeno porte, não há um setor educativo designado somente para cumprir as funções relacionadas ao tema, ao contrário, a pequena equipe desdobra-se em multitarefas relacionadas à memória: exposições, saraus, palestras, publicações, pesquisa, criação de produtos, ações educativas, entre outras. Entre os servidores da SEDOC que colaboram no projeto encontram-se graduados e/ou graduandos em: História, Jornalismo, Biblioteconomia, Letras e Museologia. Colaboram eventualmente colegas de outras seções que são, na maioria, oriundos das Ciências Jurídicas.

A construção do *Conhecendo* e de todos os produtos relacionados a ele envolve a colaboração de todos. Desde a produção textual à criação visual, o material passa pela equipe para as devidas correções, sugestões e aprimoramentos. Para a execução da ação educativa em questão contamos com apenas três servidores que alternam-se entre si a função de educador/ facilitador, cujas formações são nas áreas de Biblioteconomia, História, Museologia e Jornalismo. Nesse caso, a peculiaridade de cada indivíduo irá prevalecer na maneira de conduzir a ação educativa. No entanto, isso não impede que a metodologia e os objetivos norteadores do *Conhecendo* sejam mantidos. Um servidor poderá apresentar um melhor desempenho na mediação com o público, outro abarcar conhecimentos na área de informática ou ainda possuir habilidades na confecção do material de apoio.

⁶ A região metropolitana abrange 33 municípios com 4.011.224 habitantes segundo os dados de 2010 do IBGE.

É necessário observar as aptidões individuais, manter o diálogo e o processo criativo e, quando necessário, gerenciar os possíveis conflitos entre os membros.

2.3 Conceitos norteadores

O processo de criação do *Conhecendo* foi e continua sendo baseado na construção coletiva, e para tanto, algumas premissas eram necessárias para que as ideias se coadunassem. Muitos temas nortearam esse processo, entre eles: educação, aprendizagem, cidadania, memória social, museu e poder judiciário, este último compreendido mais no sentido de acesso à justiça do que à sua estrutura e organização. Neste trabalho procurei referenciais teóricos que se aproximassem do que a equipe discutiu e elencou como norteadores para alcançar os objetivos da ação educativa.

2.3.1 Educação e aprendizagem

O projeto *Conhecendo* tem por enfoque central os assuntos hodiernos. Assim, para que um tema seja abordado, ou ainda, para que o educador esteja apto a informar sobre possíveis demandas, muitas vezes, torna-se necessário um aprofundamento sobre determinados assuntos. Sendo assim, aqueles envolvidos na ação educativa devem estar em constante aperfeiçoamento e estudo. A exemplo, a inserção de um tema relacionado ao Direito, no caso da implantação da “Lei da Ficha Limpa”⁷, exigiu uma pesquisa bibliográfica sobre o assunto, assim como a consulta aos colegas da área do Direito para uma maior compreensão de tal forma que, a nova informação, possa ser disseminada em uma linguagem mais próxima do participante, evitando-se a formalidade da linguagem jurídica.

Ou seja, para ser educador é necessário ser educando. Essa postura de estar disponível para novas aprendizagens, não somente é imprescindível, como também é estimulada dentro da equipe responsável pelas ações de memória na Instituição,

⁷ Lei 135 de 04 de junho de 2010. Versa sobre casos de inelegibilidade, prazos de cessação e determina outras providências, para incluir hipóteses de inelegibilidade que visam a proteger a probidade administrativa e a moralidade no exercício do mandato.

através de cursos de aperfeiçoamento, e sobretudo, na troca de experiências dos servidores da SEDOC⁸.

O ato de educar e de aprender é um processo contínuo no qual o indivíduo está inserido ao longo da sua existência. É na relação com o outro que o sujeito se constrói. Leonardo Boff (2000, p.31) afirma que “O ser humano é um ser de abertura, um ser potencial, um ser utópico. Sonha para além daquilo que é dado e feito. E sempre acrescenta algo ao real. É um ser nunca pronto”.

Esta eterna construção do sujeito se dá através do conhecer e aprender, quer seja na educação formal, na não-formal ou informal. Para além dos bancos escolares, as ações educativas em museus devem ser compreendidas como educação não-formal e, por vezes, informal. A primeira ainda que possa apresentar uma estrutura organizada, difere da formal quanto ao tempo, a forma, o espaço e a flexibilidade de conteúdos e aprendizagem; enquanto que a segunda ocorre de maneira incidental, onde o aprendizado e o conhecimento ocorrem através da interpretação gestual, comportamental, familiar, de intervenções midiáticas, entre outras, e pode ocorrer no espaço de convívio público ou privado, e até mesmo nos espaços institucionalizados como o museu ou a escola (GADOTTI, 2005). Através destes campos educacionais - educação formal, educação não-formal e educação informal - a educação tem vindo a desempenhar um papel ainda mais importante no desenvolvimento das pessoas e, conseqüentemente, da sociedade, conforme Figurelli (2012, p.42):

Estas três esferas da educação formam uma rede de aprendizagem que torna o aprendizado possível para todos os membros da sociedade, da infância à velhice, de acordo com suas necessidades e interesses. E é justamente a ideia de uma educação permanente que deve prevalecer na sociedade.

Neste sentido, a proposta do *Conhecendo* alinha-se a aprendizagem significativa, a partir de subsunçores⁹, proposta por Ausubel (1980), ancorando em conhecimentos prévios novas informações podendo assim construir novos conhecimentos. Para tanto, é necessário considerar o que o educando já conhece e qual a realidade social em que está inserido. Isto se dá através do estímulo à

⁸ A SEDOC congrega atividades do memorial, da biblioteca e da editoração no TRE-RS.

⁹ O *subsunçor* é uma estrutura específica ao qual uma nova informação pode se integrar ao cérebro humano, que é altamente organizado e detentor de uma hierarquia conceitual que armazena experiências prévias do aprendiz.

participação, através da fala do participante, utilizando-se uma abordagem mais flexível, da informalidade de acordo com as possibilidades que se apresentam a cada edição do *Conhecendo*. O propósito é a partir daquilo estudado em sala de aula¹⁰ e/ou vivenciado de outras maneiras, alicerçar novas informações e criar uma problemática histórica, um novo questionamento para um novo conhecimento.

Partindo do exposto acima, o primeiro contato do educador com o educando deverá se dar de uma forma cordial e horizontal. Não é possível estabelecer confiança e reciprocidade quando nos colocamos em um patamar acima do outro. Por representar uma atividade ligada a um Tribunal e a simbologia que este termo carrega, quer seja, pela representação que a sociedade faz das instituições do judiciário como um dos três poderes, quer seja, pela ausência de representação por seu distanciamento da sociedade, torna-se necessária uma estratégia de aproximação diferenciada a cada público.

Como o aprender acontece através da troca de saberes, é papel do educador estar atento aos sinais indicativos de uma possível intervenção por parte de quem o está ouvindo e que nenhum questionamento é fora do contexto ou sem validade. Há muita dificuldade dos estudantes expressarem-se em grande grupo dirigindo sua reflexão para outros que não o seu professor. Há também a falta de habilidade (ou do desenvolvimento desta habilidade) para a oratória, cabe ao educador compreender que se posicionar em um grupo exige entre outras coisas, uma autoestima que, por vezes, não é característica dos jovens. Freire (1985, p.93) enfatiza a necessidade da construção da prática participativa a partir do período democrático:

Entre nós, repita-se, a educação teria de ser, acima de tudo, uma tentativa constante de mudança de atitude. De criação de disposições democráticas através da qual se substituíssem no brasileiro, antigos e culturoológicos hábitos de passividade, por novos hábitos de participação e ingerência, de acordo com o novo clima da fase de Transição. [...] então, aproveitando as condições novas do clima atual do processo, favoráveis à democratização, apelar para a educação, como ação social, através da qual se incorporassem ao brasileiro estes hábitos.

Para que um projeto educativo de um museu seja de fato significativo, é necessária uma compreensão sobre a intencionalidade e o ato político de realizá-lo.

¹⁰ É desejável que o estudante tenha estudado ou esteja estudando história do Brasil.

Pois, se não houver esta clareza na intencionalidade dos educadores de ampliar os horizontes de compreensão, leitura e interferência no mundo do educando, corre-se o risco de tornar-se uma animação cultural e não uma ação educativa. As palavras de Freire (2001, p.24) referem-se à escola, mas podem ser atribuídas ao processo educativo dos museus:

É preciso assumir realmente a politicidade da educação. Não posso pensar-me progressista se entendo o espaço da escola como algo meio neutro, com pouco ou quase nada a ver com a luta de classes, em que os alunos são vistos apenas como aprendizes de certos objetos de conhecimento aos quais empresto um poder mágico.

Este compromisso de ajudar a construir um conhecimento que possibilite uma interferência crítica do sujeito no seu cotidiano atribui ao educador um papel fundamental baseado no compromisso de fazê-lo da melhor maneira possível dentro dos limites da prática político-educativa. De qual sociedade eu quero fazer parte e ajudar a construir? É uma questão sobre a percepção crítica da realidade na qual estamos inseridos e quais são as relações de poder a que estamos submetidos. É função do educador instigar questionamentos nos estudantes, para desacomodá-los, desenraizá-los do senso-comum e incentivar práticas para uma transformação social efetiva. Ou ainda, qual é a função do conhecer e aprender? Segundo Gadotti (2005, p.4) é um círculo vicioso, onde:

O conhecimento serve primeiramente para nos conhecer melhor, a nós mesmos e todas as nossas circunstâncias. Serve para conhecer o mundo. Serve para adquirirmos as habilidades e as competências do mundo do trabalho; serve para tomar parte nas decisões da vida em geral, social, política, econômica. Serve para compreender o passado e projetar o futuro. Finalmente, serve para nos comunicar, para comunicar o que conhecemos, para conhecer melhor o que já conhecemos e para continuar aprendendo.

Cada edição da ação educativa proporciona aprendizagens e conhecimentos novos. Nunca retornamos ao Tribunal sem uma nova história, por vezes divertida, por vezes não. Sempre tem o “sabor” do aprender algo novo, seja através da observação de como a escola nos recebeu, ou até mesmo como foi difícil o caminho até lá. Por vezes, a “fala” de alguém pode nos tocar tão profundamente que nos remete às nossas memórias quando éramos estudantes, o que é muito positivo

porque provoca um exercício de alteridade, pertinente para criar empatia com o público. O encontro com os estudantes e professores é um momento que deve ser prazeroso e sedutor, por que aprender pode e deve ser divertido e, por sermos seres argumentativos tentamos seduzir o interlocutor a perceber a relevância do que foi mostrado ou dito.

2.3.2 A Memória Social

Quanto à memória social, tema utilizado em tantas áreas de estudo que perpassam da Tecnologia da Informação à Neurociência, é no caso das Ciências Humanas o que fundamenta suas práticas, sobretudo na Museologia e na História. Este é um conceito transdisciplinar, ainda em construção e estudo permanente. Segundo Jô Gondar (2005, p.15):

A memória social, como objeto de pesquisa passível de ser conceituado, não pertence a nenhuma disciplina tradicionalmente existente, e nenhuma delas goza do privilégio de produzir o seu conceito. Esse conceito se encontra em construção a partir de novos problemas que resultam do atravessamento de disciplinas diversas.

A memória social é composta tanto pela individual quanto a coletiva, sendo a última construída pelas condições do grupo social na qual o sujeito está inserido. Temos memórias vividas, outras construídas socialmente, outras que passam de geração à geração. Podemos ter uma memória do não vivido e ainda assim, ela ser muito “nítida”. Em casos como o da ditadura Vargas (1937-1945), onde há duas ou mais gerações em convívio por ser uma situação de poucas décadas, é possível perceber essa peculiaridade e a intensidade na construção da memória social:

Esse foi um período especialmente difícil para os que eram classificados politicamente como de esquerda, não se excluindo mesmo a parcela mais jovem da população, o que pode ter levado esses sujeitos a, na construção da sua memória ou representação social de uma ditadura não experimentada, ancorarem na memória uma ditadura efetivamente vivida, com toda a sua carga de autoritarismo e repressão (NAIFF; SÁ, 2008, p.117).

Também é possível “confundir” a memória vivida numa determinada situação e com o que sabemos sobre um mesmo fato. Durante a escolarização, ou ainda

pelos meios de comunicação, pelas histórias ouvidas, entre outras, é possível construir representações e criar conceitos sobre situações ou fatos estabelecendo vínculos de lembranças ou de esquecimento. O processo seletivo de lembrar ou esquecer também é uma construção social. Essa alternância entre esquecer/lembrar coletivamente é um processo contínuo e relaciona-se com o que é abordado pela mídia; através das ações coletivas e/ou institucionais, daí a importância dos museus em propor esta rememoração para que a memória social se reelabore.

Somos seres sociais, e mesmo as memórias individuais se relacionam ao coletivo, sempre se está em relação com ou para o outro. Halbwachs (1990, p.36-37) explica que:

É por isto que quando um homem entra em sua casa sem estar acompanhado de alguém, sem dúvida durante algum tempo esteve só, segundo a linguagem comum. Mas lá não esteve só senão na aparência, posto que, mesmo nesse intervalo, seus pensamentos e seus atos se explicam pela sua natureza de ser social, e que nenhum instante deixou de estar confinado dentro de alguma sociedade.

As memórias podem ser desencadeadas por vivências análogas, por exemplo, sobre a questão das ações afirmativas propostas atualmente pelo governo federal. Há muito tempo os grupos relacionados ao Movimento Negro vêm tentando colocar esse tema na pauta de discussões das políticas públicas. Todavia, neste momento histórico, este grupo social passa a ser ouvido tendo em parte suas reivindicações atendidas, representando um embate de grupos sociais que se posicionam de formas diversas. Não é o objetivo deste trabalho discutir a fundo esta questão, mas ela representa um jogo de forças de grupos sociais que ilustra o papel da memória social como uma fundamentação para a mudanças políticas.

A memória tem o esforço de reconstrução, de repensar, com imagens e ideias do presente, as lembranças de fatos passados. Não se trata de reviver, mas de refazer, e esse movimento pode sobrepor uma memória “tal como foi” por outra, o que Ecléa Bosi (1995) chama de memória-trabalho. É um ato constante, toda vez que acessamos nossa memória, ela se reordena e se reconstrói com acréscimos ou subtrações a partir do olhar de hoje. Não se trata somente de representações estanques:

Assim como não se pode reduzir a passagem do tempo real, em suas ínfimas variações, à marcação dos ponteiros de um relógio, não se pode reduzir a permanente agitação das forças sociais ao encontro homogêneo de uma representação. [...] Se reduzirmos a memória a um campo de representações, desprezamos as condições processuais de sua produção (GONDAR, 2005, p.23).

A importância da ação museal reside no sentido de estimular esse exercício de rememorar, buscando mais do que preservar o antigo, construir memórias e entendimentos que nos permitam criar elos de identidade, afetividade e pertencimento na sociedade. Para Meneses (2000, p 23):

Trata-se de um processo, historicamente mutável, de um trabalho, e não de uma coisa objetivada ou de um pacote fechado de recordações. Além disso, mais que um mecanismo de registro e retenção, depósito de informações, conhecimento e experiências, a memória é um mecanismo de esquecimento programado. E se a memória se constrói filtrando e selecionando, ela pode também ser induzida, provocada. Finalmente, a noção de que a memória aparece como enraizada no passado, que lhe fornece seiva vital e ao qual ela serve (restando-lhe, quanto ao presente, transmitir os bens que já tiver acumulado) é também falsa: a elaboração da memória se dá no presente e para responder à solicitação do presente.

O conceito de memória social se fortalece, a partir dos temas propostos e das relações mentais que os participantes são estimulados a estabelecerem com os conhecimentos existentes durante toda ação educativa. Por exemplo, quando é tratado período de ascensão ao poder por Getúlio Vargas, a capital era o Rio de Janeiro e algumas décadas após, outro golpe militar ocorreu tendo Brasília como a capital; o que parece simples e apenas geográfico apresenta outro viés, pois, para uma grande parcela dos jovens, Brasília “sempre” foi a capital do Brasil. No entanto, a maioria deles já visualizou alguma imagem ou obteve informação sobre a construção da cidade, sobre a arquitetura, sobre o planalto central do país, referenciado até no rock nacional e possuem um conhecimento prévio que a cidade foi planejada e construída há poucas décadas; o aspecto simbólico de Brasília, tão presente no noticiário político e nos livros didáticos, apresenta-se, ao mesmo tempo, tão longe do cotidiano dos estudantes.

Essa “amnésia” temporária tem por fundamento uma prática de educação que não trabalha a memória como parte integrante da vida, seja no ambiente escolar seja na comunidade. Os nomes de logradouros públicos (e a história dos

vencedores) são outras relações que podem ser exploradas. No *Conhecendo* alguns políticos são citados, como Getúlio Vargas, Júlio de Castilhos, Borges de Medeiros, Assis Brasil, João Pessoa, entre outros, e dentro do contexto, são exploradas conexões que relacionam esses nomes à cidade, trabalhando com o patrimônio material que normalmente é visto, mas não esmiuçado a ponto de provocar um questionamento sobre o porquê as coisas são assim, e não de outra maneira.

É enfatizado também que os estudantes conversem com os mais velhos sobre determinadas situações que envolvam a política, as eleições e o voto e cruzem as informações que tem à disposição na internet, no livro didático e, sobretudo em casa, para descobrirem por si, as possibilidades da memória.

2.3.3 Poder Judiciário

O Poder Judiciário é abordado no Programa *Conhecendo a Justiça Eleitoral* mais no sentido de acesso à Justiça do que na sua estrutura. É tão complexa a estrutura judiciária que a maioria dos cidadãos sequer sabe onde devem procurar auxílio para assegurar seus direitos. Através da justiça especializada, como a eleitoral, este acesso fica mais compartimentado, tendo o usuário a necessidade de compreender um emaranhado de relações e especificidades que não são difundidas ao grande público. Esclarecer e divulgar a atuação dos órgãos públicos se faz necessário para facilitar o acesso e a ampliação da população aos serviços públicos.

No noticiário da grande mídia, as diferentes instituições do judiciário são tratadas como se a maioria dos ouvintes/leitores tivessem um conhecimento prévio sobre aquele órgão. O *Conhecendo* procura difundir a Justiça Eleitoral e sua pertinência através da divulgação sobre o que essa justiça faz, como faz e com qual intencionalidade. Quanto mais informações o cidadão dispôr sobre cada órgão público e, neste caso, a justiça eleitoral, maior será a compreensão sobre o que é o “servir” e o “servidor público”; quais são os seus direitos e como acessá-los. É um processo de empoderamento necessário para a sociedade brasileira buscar uma cidadania mais plena.

Além de apresentar a Justiça Eleitoral, durante o *Conhecendo*, são feitas relações quanto aos serviços prestados por outros tribunais fazendo comparações e situações hipotéticas, onde o cidadão poderia encontrar o caminho para as soluções que envolvem a Justiça. Também são divulgados os espaços dedicados à memória

em outros entes do judiciário, assim como as ações educativas desenvolvidas no Tribunal de Justiça e o espaço expositivo do Memorial da Justiça Federal, ambos no Rio Grande do Sul.

2.3.4 Cidadania

Cidadania é um vocábulo empregado nas mais diversas situações e com as mais variadas intencionalidades. A cidadania plena somente é alcançada quando todas as dimensões complementares possam ser atingidas. Segundo Cortina (1997 apud GADOTTI, 2005, p.6) a cidadania se divide em:

Cidadania política: participação numa comunidade política; cidadania social: que compreende a justiça como exigência ética da sociedade de bem viver; cidadania econômica: participação na gestão e nos lucros da empresa, transformação produtiva com equidade; cidadania civil: afirmação de valores cívicos como liberdade, igualdade, respeito ativo, solidariedade, diálogo; cidadania intercultural: afirmação da interculturalidade como projeto ético e político frente ao etnocentrismo.

Para que possamos atingir um grau de cidadania plena no Brasil, há um caminho logo a ser traçado que passa pela educação de qualidade, pelo acesso à justiça e a todos os serviços que são próprios do Estado, inclusive pelo acesso à informação. Esse caminho também passa pelo sentimento de pertencimento que pode ser usufruído através do patrimônio cultural, que engloba:

Todas as modificações feitas por uma sociedade na paisagem para melhorar suas condições de vida, bem como todas as formas de manifestação socialmente compartilhadas, fazem parte do patrimônio, pois todo objeto ou ação que se refere à identidade de uma sociedade constitui seu patrimônio (SOARES, 2003, p.46).

Conceituar cidadania é uma quimera, muito mais um desejo do que a possibilidade em si. Na forma ideal seria o indivíduo alcançar plenitude de acesso a direitos individuais e coletivos e a participação em todos os âmbitos, ciente de seus deveres. A cidadania é um ato contínuo que vai alargando a medida que o indivíduo passa a ter maior autonomia. O sociólogo Francisco de Oliveira (1999, doc. eletr.) discorre sobre cidadania como um ideal a ser atingido:

Cidadania seria uma espécie de estado de espírito em que o cidadão fosse alguém dentro da sociedade - evidentemente não haveria cidadão fora dela -, fosse alguém que estivesse em pleno gozo de sua autonomia, e esse gozo de sua autonomia não fosse um gozo passivo, mas sim um gozo ativo, de plena capacidade de intervir nos negócios da sociedade, e através de outras mediações, intervir também nos negócios do Estado que regula a sociedade da qual ele faz parte. Isso na concepção ativa de cidadania, não apenas de quem recebe, mas na verdade de um ator que usa seus recursos econômicos, sociais, políticos e culturais para atuar no espaço público.

O *Conhecendo a Justiça Eleitoral* busca despertar a capacidade crítica para que o estudante sintam-se estimulado a usufruir, em suas atividades cotidianas, na escola e na sua comunidade, uma parcela maior de participação e com maior autonomia em suas escolhas, enfatizando a coletividade. São usados elementos presentes na vida escolar, como pontos iniciais para o debate, que proporcionam escolhas como a do líder da turma, da eleição para diretores das escolas (no caso de instituições públicas) e fazendo as relações com a responsabilidade de cada um no processo da construção do bem comum.

2.3.5 Ação educativa e museu

O museu histórico apresenta determinadas características que estão muito vinculadas com à escola e à escolarização. Primeiro, por remeter a disciplina de história, com todos os elementos que o estudo da mesma proporciona (ou deveria proporcionar) e em segundo, relacionado ao grau de instrução de cada indivíduo para a compreensão dos objetos e da cultura em determinado período histórico. Se nos limitarmos a esses aspectos, excluiríamos um público que não possui a bagagem cultural necessária para a compreensão e fruição da exposição. Todavia, o museu histórico deve ser compreendido não como a instituição voltada somente para o acervo, mas que a partir dele discuta os problemas históricos, tornando pertinente sua função social. Segundo Meneses (1992, p.4 -5):

[...] em última instância, seriam históricos os objetos, de qualquer natureza ou categoria, capazes de permitir a formulação e o encaminhamento de problemas históricos (e por problemas históricos se deveriam entender aquelas propostas de articulação de fenômenos que permitem conhecer a estruturação, funcionamento e, sobretudo, a mudança de uma sociedade).

Sendo assim, o museu tem como função estabelecer uma relação de diálogo com a sociedade, de maneira propositiva e em parceria com outras instituições, Conforme Rodrigues (2010, p.221):

Para o museu exercer realmente sua função social, deve ser trabalhado de forma que não seja apenas espaço de contemplação. Os objetos devem ser apresentados de forma a serem interpretados, e para este fim, é necessário que ações pedagógicas se desenvolvam dentro da área das instituições museológicas e em sala de aula.

O museu pode e deve ser um lugar de experimentação e através das práticas educativas. Marília Xavier Cury (2013, p.19) explicita o papel do museu:

Ele é um produtor de conhecimento porque o que ele precisa saber para que a articulação seja educação não está pronto e disponível para mera aplicação. Os modelos estão para serem criados de forma experimental e criativa.

A ação educativa deve estimular a criticidade e a responsabilidade, com o intuito de contribuir para a formação de sujeitos pró-ativos que se identifiquem através do patrimônio e o museu deve ser capaz de potencializar esta relação. Segundo Cury (2013, p.23):

A educação a partir do patrimônio e para o patrimônio é essencial para todos os cidadãos porque a aprendizagem referente à construção de valores patrimoniais acontece no plano atitudinal e, por isto, é uma forma de conseguirmos ser agentes das nossas memórias e identidade.

Museus e escola possuem funções diferentes, mas também apresentam pontos de contato que devem ser melhor explorados. Afirma Cury (2013, p.24) que:

O grande desafio da relação museu e escola é que as duas instituições juntas em ação recíproca compreendam e saibam explorar a grande potencialidade do patrimônio. O museu domina o estatuto do objeto e a escola tem o domínio do processual cumulativo e tudo o que o envolve durante anos da vida de indivíduos em fase plástica para a formação atitudinal.

Durante uma ação educativa, o processo de comunicação engloba todos os sujeitos participantes e novos significados são elaborados. É importante estar atento a esse processo que envolve todos os sujeitos.

Então, todos significamos e ressignificamos: profissionais de museus e o público. Dentro do museu, todos os profissionais participam do processo de ressignificação. Ao comunicar, cada visitante igualmente participa. Todos somos sujeitos da musealização. (CURY, 2013, p.18)

Para Ramos (2004, p.134) o museu tem como desafio trabalhar o objeto e a educação de forma compromissada com o ato reflexivo sobre a materialidade da cultura:

Se o museu não enfrenta o estudo da cultura material com as exigências constitutivas de tal empreitada, não adianta falar em programas educativos. Sem reflexão sobre os objetos, esmigalha-se o potencial inovador e criativo do museu histórico. Em seu lugar, fica apenas a repetição de modelos oriundos da “biblioteca-convento” e da “disneylândia cultural”. O museu que não tem compromisso educativo transforma-se em depósito de objetos, ou vitrines de um shopping center cultural.

Desta forma, a ação educativa poderá representar um instrumento de diálogo entre a escola e o museu, aproximando estas instituições e efetivamente contribuir para uma educação crítica e compromissada com a construção de autonomia dos sujeitos envolvidos tendo o patrimônio como amálgama.

2.4 A construção do roteiro prévio

Nas primeiras edições do *Conhecendo a Justiça Eleitoral* o intuito era tratar a trajetória da Instituição, ainda que de forma linear, construindo uma noção de processo e de desenvolvimento da Justiça Eleitoral. Todavia, era necessária uma abordagem mais dialética, a história não se sustenta apenas na sucessão ou encadeamento de fatos. Era necessário problematizar:

A história-problema enxerga o passado como fonte de reflexão acerca do presente, indagando as inúmeras tensões e conflitos que se fazem em mudanças e permanências. Assim a história deixa de ser uma sucessão de eventos e assume a condição de pensamento sobre a multiplicidade do real (RAMOS, 2004, p.26).

Era fundamental repensar as linhas de atuação e as estratégias para tornar significativo o encontro com os estudantes. Havia o desejo de construção de um material mais consistente e ao mesmo, tempo, mais atraente e provocador. Quais eram os objetivos que desejávamos alcançar através da ação educativa?

Tornou-se imperativo estudar e pesquisar mais sobre as possibilidades que o *Conhecendo* estava proporcionando não somente para os visitantes, mas, principalmente para a Instituição, para nós servidores e para o incipiente Centro de Memória¹¹. Tudo era novidade, não sabíamos a “receita” para fazer algo lúdico, participativo, interessante e, ao mesmo tempo, tratar de questões tão caras quanto a história e a memória social, a função da justiça eleitoral e do poder judiciário, o acesso à cidadania, a participação popular, entre outros.

Considerando as diferentes formações acadêmicas do grupo e também as experiências individuais sobre educação e o trabalho na justiça eleitoral, alguns temas foram inicialmente elencados para compor o roteiro da ação educativa: o que é política do cotidiano; participação popular; movimentos sociais; como se constrói a cidadania; direitos e deveres; poder judiciário; justiça especializada, ditadura, história brasileira; memória social; sistema eleitoral, fraudes; eleições; as responsabilidades das instituições públicas; o processo democrático. A partir desses temas foram elaboradas estratégias e formas de abordagens para que através de palavras ou temas, imagens e objetos, fosse possível gerar discussões e desenvolver os assuntos selecionados a fim de estimular a participação dos estudantes.

Cada edição do *Conhecendo* é singular, embora haja um roteiro previsto, a experiência vivida torna o processo único e seu compartilhamento uma ação criativa, passível de múltiplos desdobramentos. Muitas vezes uma edição estimula que a provocação inicial da outra seja diferenciada. Os instrumentos utilizados são: materiais impressos; recursos audiovisuais sobre a Justiça Eleitoral, história do Brasil, voto e imagens dos objetos; audiovisual do horário eleitoral gratuito (fictício) e votação simulada.

Desta forma, a ação educativa desenvolvida pelo Memorial da Justiça Eleitoral Gaúcha tem o intuito de a partir do seu acervo, da história no voto no Brasil e da estrutura eleitoral desenvolvida e mantida no país, buscar interagir com o

¹¹ Antiga denominação utilizada para referir-se às ações de memória no TRE-RS.

participante de diversas formas, estimulando a participação popular em todas as esferas da cidadania, que obviamente perpassa a questão da eleição oficial, mas que vai além, nas relações políticas do cotidiano. A cédula ou a ata oficial, o processo judicial, a urna de madeira ou a eletrônica poderão ser apenas objetos/documentos ou poderão dar uma noção de desenvolvimento tecnológico, de representações na qual o sujeito está inserido, possibilitando questionamentos sobre o porquê de algo ser assim e não de maneira diferente. É papel do museu intercambiar saberes e utilizar a criatividade para estimular a participação. Nas palavras de Souza (2009, p.71):

Se se aceitar a importância do museu, enquanto integrada num processo educativo do indivíduo, deve compreender-se a variedade dos campos que constituem as ações educativas, na constatação da urgência em abarcar os campos da educação não formal, participativa, interactiva, que ponha em evidência a criatividade.

A ordem na apresentação dos assuntos é variável devido a dinâmica que pode ser diferenciada a cada grupo, conforme já explicado, mas sempre que possível, serão apresentados todos os itens previstos no roteiro.

2.4.1 Objetos geradores e dispositivos de provocação

É possível, através de um objeto, despertar a curiosidade, levantar questionamento sobre ele, e ir além, fomentando discussões previstas e não planejadas no roteiro. Mário Chagas (1996, p.43) explica o que torna um simples objeto ou documento um bem cultural, é o olhar interrogativo que pode ser lançado sobre eles, pois de acordo com o autor:

[...] no momento em que perguntamos o nome do objeto, de que matéria-prima é constituído, quando e onde foi feito, qual o seu autor, de que tema trata, qual a sua função, em que contexto social, político, econômico e cultural foi produzido e utilizado, que relação manteve com determinados atores e conjunturas etc.

As imagens abaixo referem-se a modelos de urnas utilizadas no Brasil República, objetos utilizados nas realizações do *Conhecendo a Justiça Eleitoral*:

Figura 1 – Urna de madeira utilizada até a década de 1950



Fonte: Acervo do Memória da Justiça Eleitoral Gaúcha

Figura 2 – Urna de lona que veio a substituir a de madeira. Ainda poderá ser utilizada, se for necessário.



Fonte: Acervo do Memória da Justiça Eleitoral Gaúcha

Estes objetos diferem em sua composição, peso, medida, material e época de fabricação. Mas, no seu valor de uso, se igualam. Mesmo a urna eletrônica, que apresenta avanços tecnológicos, ainda assim serve para coletar votos, tal qual as anteriores. No entanto, estes objetos podem gerar discussões sobre tempo e espacialidade, materiais e tecnologias disponíveis, leis, sistemas eleitorais,

transporte e segurança dos votos, a participação do eleitorado (e quem era este eleitorado) e mais uma infinidade de assuntos correlacionados que dependerá do público participante e do educador:

Quando há comparações entre objetos do passado e os do presente, a noção de historicidade começa a ser trabalhada de modo mais direto: entre em jogo a história como campo das possibilidades, mudança que se expressa das mais variadas maneiras e que se torna visível na própria existência polivalente dos objetos - em seu nascimento, sua morte e transformação (RAMOS, 2004, p.35).

As urnas de madeira e as de lona quando apresentadas causam um estranhamento no olhar, pois não fazem parte do cotidiano da maioria dos estudantes, raramente são abordados na mídia e, poucas vezes, aparecem em filmes de época. Embora o indivíduo possa saber que aquele objeto é uma urna (que está ligada a eleição de alguém ou a escolha de algo), ou seja, distinga a sua função como objeto, ao mesmo tempo, não o relaciona ao seu tempo, salvo, talvez, os estudantes das classes de EJA, cujos olhares poderão ser diferenciados. Nessas turmas alguns podem lembrar-se do objeto (ou semelhantes) e de o terem utilizado, e também do contexto em que isso aconteceu, quando suas memórias surgem relacionadas a cédula de papel, o escrutínio, situações vividas em relação a eleições, campanhas políticas, eleições que marcaram o País, entre outras.

No debate sobre o escrutínio e o modo como era realizado - em geral em lugares amplos como clubes ou ginásios de esportes e o grande fluxo de pessoas que se aglomeravam em torno das cédulas eleitorais - surge a possibilidade de dialogar sobre a ocorrência de fraudes, assim como o “voto de protesto”. Questionamentos sobre a eficácia do voto em papel surgem nos casos de voto em branco, quando a célula, durante a apuração dos votos, poderia vir a ser preenchida em favor de um candidato, ou de votos que, tendo sido direcionados a um determinado candidato, poderiam ser rasurados, transformando-se, assim, em nulos.

Figura 3 – Urna Eletrônica com identificador biométrico



Fonte: Acervo Memorial da Justiça Eleitoral Gaúcha

A urna eletrônica, por sua vez, ainda hoje desperta curiosidade, apesar de ser utilizada desde 1994, e a partir de 2002, em todo o território nacional. Quando são demonstrados seu funcionamento e a cadeia de transmissão dos dados geram outras dúvidas: sobre a veracidade dos mesmos e a possibilidade de corrompê-los. São apresentadas as possíveis formas de recuperação de dados, caso algo saia fora do trâmite previsto, como a perda ou não entrega do *pendrive* por parte do presidente da mesa ao cartório eleitoral, do mau funcionamento do equipamento eletrônico, da possibilidade de substituição da urna, caso seja necessária, do “voto cantado”, entre outras situações previstas.

Também é bastante questionada a criação e a fabricação da urna eletrônica com tecnologia nacional, ou o porquê da não utilização desses equipamentos em outros países, demonstrando um grande descrédito, não só com os processos políticos, como também com a capacidade dos profissionais brasileiros de encontrarem soluções e engenharias para situações e problemas do País. Essa noção de processo tecnológico no fabrico e no uso dos objetos estimula a reflexão sobre a realidade circundante. Segundo Ramos (2004, p.21):

Conhecer o passado de modo crítico significa, antes de tudo, viver o tempo presente como mudança, como algo que não era, que está sendo e que pode ser diferente. Mostrando relações historicamente fundamentadas entre os objetos atuais e de outros tempos, o museu ganha substância educativa pois há relações entre o que passou, o que está passando e o que pode passar.

Figura 4 – Ilustração que demonstra o "caminho" do voto, desde sua inserção na urna eletrônica até a apuração dos eleitos



Fonte: TRE- RS

Estes questionamentos elencados no parágrafo anterior remetem a outros que podem ser relacionados a temas como a participação da mulher nas eleições, fato autorizado somente a partir do código eleitoral de 1932, e que em menos de oito décadas, uma mulher assumiu a presidência do País. Quanto ao direito de voto dos analfabetos no Período Republicano, a partir da Constituição Federal de 1988, o debate poderá recair sobre o acesso à educação, ou ainda, sobre a forma como os partidos políticos se utilizam do material de campanha e do horário eleitoral gratuito enfatizando os números - pois esta é a forma de inserção do voto na urna eletrônica - de tal modo a facilitar ao analfabeto a digitação do número escolhido e o uso autorizado da “cola”, estimulada inclusive nas campanhas do Tribunal Superior Eleitoral.

Outro aspecto abordado é a questão de acessibilidade. Se por um lado a implantação da urna eletrônica tornou-se um impeditivo para que o eleitor demonstrasse sua insatisfação através de mensagens na cédula de papel, por outro, facilitou a participação dos eleitores com deficiência visual, pois em suas teclas há inscrições em Braille identificando-as, e dispositivos auditivos, através de fones de

ouvidos, que são utilizados em sessões que contemplem cegos ou indivíduos com baixa visão para identificar o que está no visor da urna eletrônica.

O uso dos objetos geradores não se finda com o descobrir ou conhecer um novo objeto. Como explica Ramos (2004, p.75):

Não se trata da revelação à luz de métodos cujos passos estão seguramente definidos. Antes de tudo, o potencial criativo dos objetos geradores reside no exercício de alargamento do nosso ser no mundo, da experiência de viver a historicidade do ser que dá existência a nós e ao mundo, em suas múltiplas ligações.

Assim como não é possível prever o que será discutido, o que virá à tona, quando um objeto gerador é apresentado na ação educativa. É justamente esse não saber que torna imprescindível sua utilização. Ao educador cabe ter a sensibilidade de propor reflexões, estimular e conduzir a participação dos estudantes para que a discussão seja mais enriquecedora.

Documentos raros também são utilizados como problematizadores ou elementos de provocação educativa. Como exemplo, o título eleitoral de 1883 que apresenta determinadas características e propicia uma discussão mais aprofundada do período histórico no qual ele foi produzido. Elementos textuais do documento são ressaltados traçando diferenças e similitudes e, por ser projetado em um telão, a leitura torna-se facilitada aos estudantes para destacarem o que consideram mais “estranho”. A cada detalhe observado pelo público, o educador pode promover uma relação de informações na construção de novos conhecimentos. Além do “Império do Brasil”, as palavras “Província”, “Comarca” e “Paróquia”, em geral, chamam a atenção. Desta última, torna-se importante destacar que possibilita o diálogo sobre a questão da ligação Estado-Igreja, ainda vigente naquele período histórico assim como a questão do Estado laico e como se instalou esta laicidade, fazendo relações com a sociedade e o Estado brasileiro atual.

Figura 5 – Título eleitoral expedido em 1883 (slide 08 da apresentação *Conhecendo a Justiça Eleitoral*)

IMPERIO DO BRAZIL

TITULO DE ELEITOR N. 35

PROVINCIA DO Rio Grande do Sul
COMARCA DE Uruguayana
MUNICIPIO DE Uruguayana
PAROCHIA DE Uruguayana
1.º DISTRITO
5.º QUARTERÃO

Nome do eleitor.
João Francisco Bacha, casado

Qualificativos. Numero de ordem. 35

Idade 50 No alistamento geral. 52

Estado casado No alistamento da revisão.

Profissão creador

Renda 1000 de mil

Instrução sem

Filiação. Data do alistamento.
Uruguayana Estado. 21 de novembro
de 1882

DOMICILIO
Campana

Assignatura do portador. Data e assignatura do Juiz do Direito.
Campana, 20 de janeiro de 1883.
João Roberto de Azevedo

Fonte: Acervo do Memorial da Justiça Eleitoral Gaúcha.

Outras características deste documento e que são recorrentes em outros títulos eleitorais que antecedem a padronização da identificação do eleitor¹², relacionam-se aos campos para designar a profissão, a renda, o estado civil e a idade do eleitor (não a data de nascimento). A imagem seguinte reproduz documento expedido no Amazonas em 1907, quando o País era denominado como República dos Estados Unidos do Brasil. Além da idade, os outros dados também

¹² A padronização dos documentos de identificação do eleitor teve seu início após a criação da Justiça Eleitoral em 1932, sobretudo, nos anos 1950, mas efetivamente se consolida com a informatização do cadastro eleitoral em 1985-86.

poderiam ser alterados no pleito seguinte, levantando outras questões sobre as informações necessárias para a identificação de um eleitor.

**Figura 6 – Título eleitoral expedido em 1907 no estado do Amazonas
(slide 10 da apresentação *Conhecendo a Justiça Eleitoral*)**

Republica dos Estados-Unidos do Brasil

Alistamento de 1907
N.º 84

Titulo de Eleitor
ESTADO DO AMAZONAS
Município de Manaus

Secção 3ª

Nome do Eleitor
Jaymino Chagas Telles

Qualificativos
Idade trinta e duas
Filiação Joaquim Pantaleão Telles de Queiroz
Estado civil solteiro
Profissão engenheiro

Numero de ordem no alistamento geral
84

Assinatura do Presidente da Comissão de Alistamento
Assinatura do Eleitor
Jaymino Chagas Telles

Fonte: Acervo do Memorial da Justiça Eleitoral Gaúcha.

O documento abaixo refere-se a uma carta de identificação do eleitor, expedida no Rio Grande do Sul em 1921. Este documento apresenta campos para a filiação, data de nascimento, cútis, bigode, cabelo, barba e cor da íris, além da fotografia frontal e de perfil e os dados datiloscópicos do identificado e do diretor do gabinete de identificação e estatística do Estado que assinou o documento.

Figura 7 – Carta de identidade de eleitor, expedida no RS, 1921 (slide 12 da apresentação *Conhecendo a Justiça Eleitoral*)

Modelo n. 20

N. do Protocollo 4658 Registo Civil

GABINETE DE IDENTIFICAÇÃO E ESTATÍSTICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Carta de Identidade de Eleitor


Alcega, de accordo com o § 3.º do art. 5.º do Regulamento que baixou com o Decreto n.º 12.193 de 6 de Setembro de 1916, que a presente carta pertence ao cidadão:

Almano Elton, seu filho

Filho de *Adolpho Elton*
 Nacionalidade *Brasileira*
 Nascido em *19* de *Outubro* 1886
 Estado civil *Casado*
 Instrução *Livre*
 Profissão *Comercio*
 Estatura 1.ª *1,65* centes.

Caracteres chromaticos
 Cutis *Branca*
 Cabellos *Cast. encarilhados*
 Bigodes *Cast. encarilhados*
 Barba *Aberta*
 Olho esquerdo { *ausencia da iris*
 pericateria Cast. nublada

Observações



Não vale o retrato que não tiver o sinete em relevo do Gabinete


A presente carta valerá somente para fins eleitoraes e não terá valor de folha corrida

Almano Elton
 Assignatura por extenso do Identificado.

Porto Alegre, 11 de Outubro de 1921
Dr. Faria
 Director.

Pollegar direito do Identificado


Pollegar direito do Director



FORMULA DACTYLOSCOPICA

Serie *E. 4343*

Secção *V. 2242*



Fonte: Acervo do Memorial da Justiça Eleitoral Gaúcha.

Estas constatações a partir das imagens de documentos do acervo suscitam avaliações e discussões profícuas sobre a relevância das informações solicitadas para a confecção de um documento em um determinado período e não em outro, assim como alguns itens são retomados em períodos posteriores tal qual no cadastramento biométrico que colhe tanto as digitais quanto a fotografia do eleitor.

Além do estranhamento com as expressões e grafias de época, o trabalho através das imagens dos documentos do acervo proporciona uma série de elementos e informações novas que o educando, de modo geral, não teria acesso por iniciativa própria. E neste sentido, a ação educativa ou a exposição pode remeter o participante a refletir sobre a memória social, a partir de provocações intencionais.

Quando outro modelo posterior de título é mostrado, onde os dados estão datilografados surgem comentários como “já usavam máquina de escrever nesta época”¹³, cabe ao educador fomentar a ideia das instituições públicas e ao atendimento ao cidadão, diálogo que por vezes, chega a questionamentos sobre os tempos atuais: “a Justiça Eleitoral é bem equipada, para o voto é tudo moderno, por que outras instituições públicas não apresentam a mesma diligência nas suas áreas?”¹⁴.

Figura 8 – Modelo de cédula utilizado em 1989, com as imagens dos principais candidatos no pleito



Fonte: Acervo Memorial da Justiça Eleitoral Gaúcha

A eleição de 1989, a primeira depois do período ditatorial, envolveu vinte e dois candidatos e uma infinidade de partidos. Na apresentação inicial do *Conhecendo* são destacados os dois que disputaram o segundo turno do pleito: Collor e Lula. Na parte inferior à direita aparecem outros candidatos muito conhecidos do público, mesmo entre os mais jovens, como o Brizola e o Enéas. Não somente essa eleição, mas toda a década de 1980 tornou-se emblemática para a história política brasileira pela riqueza de acontecimentos. Elementos que podem ser trabalhados a partir desta tela (Figura 8) são a participação popular, o voto dos

¹³ Observação feita por uma estudante da EJA, em 2010, durante a ação educativa.

¹⁴ Questionamento de um professor, em 2012, para estimular o debate junto aos alunos.

analfabetos, o pluripartidarismo, a retomada do processo democrático de forma ampla, o posterior impedimento de Collor e os “caras pintadas”, entre outros assuntos. Também são possíveis aproximações com temas relacionados à Constituição Federal de 1988, como a possibilidade da ocorrência de plebiscito, referendos e a proposição de leis através da iniciativa popular¹⁵, que é uma ferramenta política ainda pouco explorada por parte dos brasileiros.

Entre os inúmeros dispositivos usados para a provocação destaco a imagem sobre a campanha das “Diretas Já” para contribuir com o debate sobre os movimentos reivindicatórios surgidos na sociedade brasileira nas últimas décadas. Para demonstrar que o movimento ocorreu em todo o Brasil, foi escolhida a fotografia de Porto Alegre, onde a Fonte Talavera em frente ao Paço Municipal aparece em destaque remetendo o estudante a um lugar conhecido:

Figura 9 – “Diretas Já” – Praça Montevideu em Porto Alegre, 13 de abril de 1984



Fonte: <http://jcrs.uol.com.br/_arquivos/159097_DEMO.jpg>. Acesso em: 20 jun. 2014.

¹⁵ Art 61 § 2º - A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles. CF 1988.

Outra provocação é feita a partir da charge sobre a “Operação Condor” e sua estrutura colaborativa presente em diversos países da América Latina e EUA. Essa ilustração pode causar inquietações, porque muitas vezes não são abordados temas sobre a ditadura militar nas escolas, e quando isso ocorre, é de maneira simplista sem o aprofundamento devido, mesmo em 2014 quando se comemora os 50 anos do golpe militar. Sendo assim, a provocação é mais intensa, pois desacomoda tanto os professores quanto os estudantes e possibilita tratar de aspectos sobre a ditadura, os presos políticos, a tortura, o exílio, os desaparecidos, a censura, os movimentos de resistência ao regime político, entre outros assuntos.

Figura 10 – Charge sobre a Operação Condor



Fonte: Latuff, 2000. <http://latuffcartoons.wordpress.com/>. Acesso em: 20 jun 2014

Importante ressaltar que o uso da charge e da fotografia constitui-se em um recurso pedagógico eficaz, porque ambas são encontradas facilmente no cotidiano, nos diferentes setores de comunicação, e estimulam leituras variadas e refinadas, dependendo da interpretação do participante. Através das cores, do exagero e do humor, as charges podem comunicar mais do que o discurso falado.

3 MATERIAIS EDUCATIVOS E DE APOIO

Ao longo dos anos e das diversas edições do *Conhecendo a Justiça Eleitoral* vários materiais de apoio foram empregados. Alguns elaborados por outros órgãos da Justiça Eleitoral, que tangenciavam a proposta da ação educativa, e, sendo assim seus usos eram pertinentes para o projeto, outros especificamente criados para compor a atividade considerando suas peculiaridades. Para facilitar a análise desses materiais quanto à sua importância - investigando desde o processo de criação, adaptações, incorporações ou abandonos - eles foram divididos em duas categorias: a primeira em audiovisuais, logomarcas e apresentações e a segunda compõe-se das cartilhas, revista em quadrinhos e *folders* para divulgação.

3.1 Audiovisuais e apresentações

O audiovisual é um recurso que possibilita comunicar algo através de múltiplas linguagens, rompendo a questão espaço-temporal e propiciando novas leituras. Na ação educativa ele é empregado para introduzir o tema e/ou apresentar imagens de objetos que não poderiam ser deslocados até a escola. Todavia,

O aspecto mais importante para iniciar esse processo de leitura é o entendimento de que cada peça audiovisual expressa "um ponto de vista" - o do autor. Esse ponto de vista deve confrontar-se com aquele do leitor/ espectador. A compreensão mais profunda do sentido da comunicação se dará exatamente na mescla, no confronto entre essas opiniões (FRANCO, 1997, p.34).

Para que esta comunicação efetivamente ocorra, após cada recurso audiovisual empregado, o mesmo será sujeito de discussão, através das leituras dos participantes e a bagagem cultural de cada um para estabelecer conexões e críticas sobre os assuntos apresentados. Para o educador é necessário estar atento e receptivo, pois segundo Cláudia Mogadouro (2014, p.65):

A prática da educação dialógica deve vir combinada com o conceito de ecossistema comunicativo que pressupõe uma ambiência democrática. Muitas vezes os próprios alunos, acostumados à educação monológica e unidirecional, cristalizam uma posição passiva. Dar voz ao aluno e construir um conhecimento coletivo não

é tarefa simples. A prática do debate a partir de filmes não envolve apenas disposição para dar voz ao outro, mas estar preparado para ouvir e mediar temas muitas vezes espinhosos para um professor.

Nas primeiras edições do *Conhecendo a Justiça Eleitoral* foi utilizado um audiovisual produzido pelo TSE em parceria com a Rede Minas de Televisão, denominado “O Povo e o Poder”¹⁶, que apresentava um panorama histórico-político desde os tempos do Brasil Colonial até os dias atuais, tendo o voto como instrumento principal de participação popular. Tratava-se de um material de divulgação institucional em uma linguagem de documentário e que servia ao propósito de estimular um diálogo com o público que, na sequência, visitaria à exposição. Como não era possível, naquele momento, criar um outro produto com a mesma qualidade, foi considerado adequado o seu uso. Nesse sentido, esclarecíamos aos estudantes que era um trabalho oriundo de outra região do País e, por isso, poderiam ser percebidos outros sotaques, fato que não desmerecia o produto, ao contrário, demonstrava que a Justiça Eleitoral abrange todo o País de maneira uniforme.

Convém destacar que, entre os vários assuntos relacionados à Justiça Eleitoral apresentados no audiovisual, uma determinada cena causava risos e observações depreciativas por parte dos espectadores: um lixeiro dançando com o seu objeto de trabalho, a vassoura, e declarava que era importante votar e que estava feliz em participar da eleição. Essa era a oportunidade de começarmos nossa intervenção junto ao público indagando o motivo da risada: se era a dança, ou em função da profissão, ou até mesmo pela falta da dentição completa, entre outros possíveis fatores. Desta forma, este torna-se um ponto de partida para esclarecer que, independentemente de qualquer das alternativas anteriormente apresentadas, o voto daquele senhor teria a mesma validade do que o de uma outra pessoa representando uma classe econômica mais abastada.

Assim era inserida a questão do voto em nosso sistema eleitoral, ou seja, para cada material utilizado é importante estar atento ao que o estudante está respondendo, seja pela fala, pela gestualidade e até mesmo pelo silêncio. A proposta apresentada vai de encontro com os apontamentos que Ulpiano Bezerra de

¹⁶ O Povo e o Poder. Direção: Silvia Godinho. Produzido pela Rede Minas de Televisão em parceria com o TSE. 2003. CD-ROM – 18min.

Meneses (2000, p.94) sobre uma eficiente ação educativa em museus, que valoriza, sobretudo, a formação crítica:

[...] educar é garantir ao indivíduo condições para que ele continue a educar-se. Em outras palavras, educar é promover a autonomia do ser consciente que somos – capazes de promover escolhas, hierarquizar alternativas, formular e guiar-se por valores e critérios éticos, definir conveniências múltiplas e seus efeitos, reconhecer erros e insuficiências, propor e repropor direções.

Apesar desse documentário apresentar um bom roteiro e ter sido produzido com qualidade, ele não estava totalmente adequado ao propósito do *Conhecendo a Justiça Eleitoral*, pois fora criado em 2003, com ênfase na eleição de 2002 - ano em que o uso da urna eletrônica atingiu a totalidade do País - e não contemplava na íntegra alguns assuntos que havíamos elencados como temas que deveriam estar presentes na ação educativa. Percebeu-se a necessidade de confeccionar um material próprio, sem contudo gerar custos elevados, utilizando os recursos materiais e profissionais disponíveis dentro do TRE gaúcho.

A partir disso, uma identidade visual foi desenvolvida para que a “marca” do então Centro de Memória do TRE-RS fosse difundida tanto entre o público externo quanto ao interno: o primeiro como uma referência à instituição e a sua inserção na sociedade; o segundo principalmente para divulgar junto aos colegas as atividades realizadas e, sobretudo, sensibilizá-los para a importância e pertinência de um espaço dedicado à memória na instituição.

Figura 11 – Primeira logomarca criada em 2009



Fonte: Acervo Memorial da Justiça Eleitoral Gaúcha

Esta logomarca viria a ser substituída em 2013 quando o Centro de Memória do Tribunal Regional Eleitoral passou a denominar-se Memorial da Justiça Eleitoral

Gaúcha através da Resolução TRE-RS 243/2013. A logomarca foi alterada, mantendo-se as cores e a ideia original. Ainda que na prática as ações pertinentes à memória já existissem, cabe ressaltar que a troca da nomenclatura foi pertinente, pois, o termo Justiça Eleitoral Gaúcha abrange toda a circunscrição na primeira e segunda instância, incluindo os juízes e os promotores eleitorais, os cartórios do interior e demais colaboradores, enquanto que a anterior relacionava-se somente ao Tribunal Regional Eleitoral.

Figura 12 – Logomarca utilizada a partir de 2013



Fonte: Acervo Memorial da Justiça Eleitoral Gaúcha

A partir dos temas e objetos escolhidos foram criados uma série de *slides* que compuseram a apresentação inicial, onde constavam elementos sobre a história da Justiça Eleitoral, da trajetória do voto, imagens dos objetos do acervo, partindo de um roteiro mais elaborado para que fossem alcançadas as proposições do projeto. Os temas e imagens foram sendo anexados ou suprimidos de acordo com as observações realizadas a cada edição, considerando a reação do público - mais empatia ou maior participação dos estudantes - adequando a abordagem para cada tema. Para efeito de análise, abaixo encontram-se reproduzidos somente dois *slides* que compunham a primeira apresentação criada para o *Conhecendo*. Um versa sobre o período colonial e o outro sobre o “eleitor fósforo”.

No primeiro, é introduzida a questão do voto no Brasil Colonial e as “Ordenações do Reino”¹⁷, a legislação vigente em Portugal à época, que entre outros aspectos, também orientava as eleições nas suas colônias. Para ilustrar o

¹⁷ Segundo Oliveira (2002, doc. eletr.): “A ordem jurídica portuguesa encontrava-se nas Ordenações do Reino, que compreendiam, primeiro, as Ordenações Afonsinas, depois, as Ordenações Manuelinas e, ao tempo da dominação espanhola, as Ordenações Filipinas”.

assunto foram utilizadas imagens de artistas como Debret¹⁸ e Frans Post¹⁹ que retrataram cenas cotidianas de escravos e propriedades rurais. O objetivo foi enfatizar a ideia de como era composta a população e quem eram os homens habilitados a votar traçando um paralelo com os dias atuais, propiciando uma noção de processo histórico em relação ao voto e como se deu a ampliação da participação da população nas eleições no Brasil.

Figura 13 – Slide 5 da apresentação do *Conhecendo a Justiça Eleitoral*



Imagem superior **O Engenho**, 1660, de Frans Post, óleo sobre tela. Imagem inferior: **Engenho Manual que Faz Caldo de Cana**, 1822, de Jean-Batist Debret, aquarela sobre papel.

Fonte: Acervo Memorial da Justiça Eleitoral Gaúcha

Ainda que entre a criação das duas obras referidas haja um decurso temporal, seus usos foram intencionais, pois, remetem ao trabalho escravo e ações cotidianas no Brasil Colônia e no período de transição ao Imperial. No entanto, cabe a crítica em relação ao uso da imagem como elemento ilustrativo sem uma abordagem mais aprofundada enquanto obra de arte e documento. As obras não são retratos fiéis da realidade e na apresentação tornaram-se apenas um recurso

¹⁸ DEBRET, (Jean-Batist), pintor e desenhista Frances (Paris, 1768-ed.,1848), membro da missão de artistas franceses solicitada por Dom João VI, chegou ao Brasil em 1816. Foi nomeado professor de pintura histórica da Academia de Belas Artes (1820). Regressando a França em 1831, publicou em Paris de 1834 a 1839, Viagem pitoresca ao Brasil.

¹⁹ POST, (Frans), pintor neerlandês que participou da comitiva de Maurício de Nassau, chegando ao Brasil em 1637 com 24 anos. A maioria das suas obras foram realizadas após 1644 quando já havia regressado à Europa.

estético, mas, como exemplares de pintura histórica poderiam ter sido melhor exploradas proporcionando substratos para uma linguagem imagética mais aprofundada por parte dos estudantes. Porém, destaca-se a potencialidade destas reproduções tornarem-se dispositivos para futuras atividades de pesquisa, mas não uma prática que se esgote na descrição e análise do objeto, mas sim ter por “objetivo a construção do conhecimento, tomando como referencial o cotidiano, qualificado como patrimônio cultural, ou seja, observação, análise e interpretação da realidade” (SANTOS, 2001, p.06).

No segundo *slide* a charge criada especialmente para o *Conhecendo*²⁰ ilustra a atitude do eleitor que votava várias vezes em uma mesma eleição, conhecido como “eleitor fósforo” porque saía de um local de votação e “riscava” para outro imediatamente, fraudando o pleito com seu voto contado inúmeras vezes. A situação era alarmante e este tipo de fraude era recorrente no período Imperial e na Primeira República. Rui Barbosa, quando parlamentar, em seu discurso em 1879 esclarece “Fósforo é tanto o não qualificado que usurpa o nome, o lugar, o direito do qualificado, como o realmente qualificado, sem direito a sê-lo; em suma, tudo quanto vota ilegitimamente”²¹.

No Rio Grande do Sul, em especial, vários tipos de adulterações eleitorais ocorriam de diversas maneiras, muitas vezes amparadas por lei. Júlio de Castilhos, através de dispositivos constantes na Lei nº 58 de 1897, determinou que não era função das mesas eleitorais “[...] entrar na apreciação da identidade da pessoa do eleitor, qualquer que seja o caso”²². Situação que gerou críticas por Mem de Sá, pois isso permitia “[...] a qualquer preto retinto votar com o título de um teuto chamado Hans Bernstein” (1973, p.27).

Até mesmo na literatura temos a referência a este tipo de eleitor, Mário Palmério em Vila dos Confins descreve as “aventuras” de Doquinha:

Votou, a primeira vez, barbudo, representando o velho Didico, morto havia mais de um ano; fez a barba, deixando o bigode, e foi para outra sessão votar em nome de um tal de Carmelita, sumido desde meses; tirou o bigode e, com a cara mais limpa e lavada deste mundo, preencheu a falta de outro eleitor; e dizem ainda que votou

²⁰ Entre os servidores lotados na SEDOC, Washington Luís Teodoro Prudêncio, técnico judiciário, tem o dom do desenho e é o autor das ilustrações criadas para compor o material do *Conhecendo a Justiça Eleitoral*.

²¹ BARBOSA, Rui. Discurso de 10.7.1879. In: PORTO, W., Dicionário do voto, 2000. p.211-214.

²² Presidente do Estado do Rio Grande do Sul.

mais uma vez, de cabelo oxigenado e cortado à escovinha, substituindo um rapazinho alemoado que viera trabalhar, por uns tempos, na montagem da usina elétrica (1956, p. 340).

Figura 14 – Charge sobre o eleitor fósforo (slide 13 da apresentação *Conhecendo a Justiça Eleitoral*)



Fonte: Acervo Memorial da Justiça Eleitoral Gaúcha

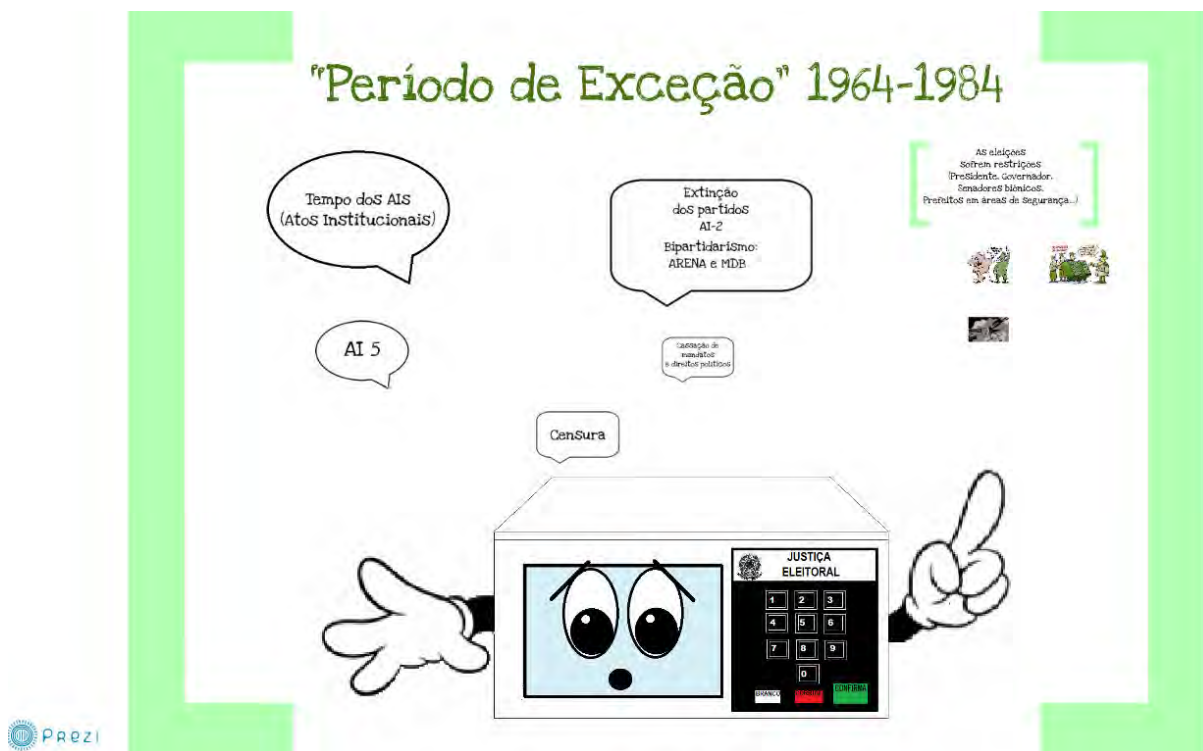
Esta charge é utilizada com frequência, pois causa descontração no ambiente e ao mesmo tempo possibilita uma discussão mais aprofundada sobre como ocorriam as eleições no passado e sobre as responsabilidades nas fraudes eleitorais demonstrando que o eleitor não é necessariamente um sujeito passivo e incorruptível. Com a informatização do cadastro eleitoral e a impossibilidade de um eleitor possuir mais de um título, esse tipo de fraude foi inibido. Entretanto, o Rio Grande do Sul apresenta ainda hoje muitas situações que geram denúncias e processos relacionados a compra de votos por candidatos e, por sua vez, a venda dos mesmos, por parte dos eleitores.

Para dinamizar a ação educativa, a equipe da SEDOC pesquisa novas ferramentas de informática e alternativas buscando uma estética mais contemporânea e atraente para o material virtual. No ambiente em HTML5, através do Prezi, programa que permite movimentações das imagens e textos em tela, foram criadas novas versões da apresentação inicial. A ideia de movimento e rotação das imagens foi bem recebida por parte dos estudantes que, por vezes, perguntam ao educador qual é o nome do programa utilizado e, por outras, solicitam a cópia do

arquivo. Sobre os processos de aprendizagem potencializados por meio de recursos os autores Marchi e Costa (2006, p.86) observam:

É importante que cada museu procure maximizar a função educativa de seus acervos e atividades. [...] A experimentação dinâmica e interativa constitui-se num forte estímulo à compreensão e provoca a participação ativa dos visitantes.

Figura 15 – Imagem da apresentação do *Conhecendo a Justiça Eleitoral* utilizando o Prezi



Fonte: Acervo Memorial da Justiça Eleitoral Gaúcha

Para compor um material que servisse de apoio para as atividades do *Conhecendo* e que englobasse outras memórias relacionadas à Justiça Eleitoral foi realizado um documentário pelo Centro de Memória do TRE-RS em parceria com a produtora Casa de Criação de Porto Alegre. Para tanto, foram aliadas pesquisas em documentos diversos como partes de um processo judicial²³, pesquisas em jornais de época, uma monografia²⁴ e entrevistas através da metodologia da história oral com as pessoas da comunidade. “No tempo de Moysés Vianna” apresenta fatos

²³ Processo judicial relativo à morte do magistrado, documento pertencente ao acervo do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul.

²⁴ BONOTTO, C. **Transformações no contexto político santiaguense a partir do assassinato do juiz de direito Moysés Vianna**. 2006. Monografia (Graduação) - Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. Santiago, 2006.

ocorridos no interior do Rio Grande do Sul na década de 1930, quando o magistrado foi assassinado durante uma eleição suplementar em Vila Flores, Santiago. Moysés Vianna tornou-se uma espécie de patrono²⁵ do TRE gaúcho pela simbologia dos acontecimentos que, segundo relatos, foi baleado e morreu abraçado à urna, ao impedir que um eleitor depositasse mais de um voto na tentativa de fraudar a eleição.

Figura16 – Capa e contracapa do DVD “No tempo de Moysés Vianna”. 1ª ed., 2009

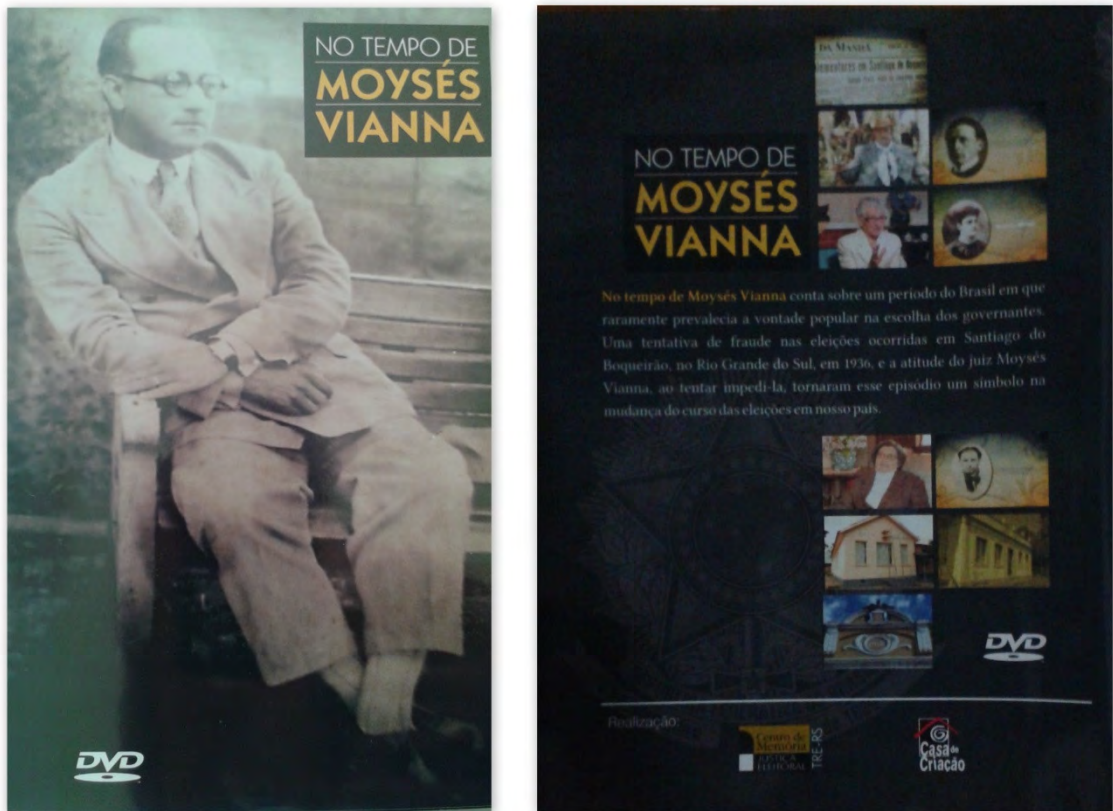


Fonte: Acervo Memorial da Justiça Eleitoral Gaúcha

Este audiovisual teve em sua primeira edição a tiragem de 300 exemplares em 2009. As cópias em DVD são distribuídas às bibliotecas das escolas participantes e também em outras atividades ligadas à memória nas quais representantes do TRE venham a participar divulgando às ações do Memorial. Na imagem abaixo, referente a segunda edição, observa-se mudanças na apresentação do produto:

²⁵ Em 1991 o TRE-RS instituiu medalha do mérito eleitoral “Moysés Vianna”, ofertada àqueles que se destacaram colaborando com a Justiça Eleitoral.

Figura 17 – Capa e contracapa do DVD “No tempo de Moysés Vianna”. 2ª ed., 2013



Fonte: Acervo Memorial da Justiça Eleitoral Gaúcha

O conteúdo do documentário é o mesmo, somente houve a reprodução de 500 exemplares em 2013. Para a composição gráfica da capa e também de imagens utilizadas no documentário haviam poucas fotografias disponíveis de Moysés Vianna. Todavia, o visual gráfico da segunda edição apresenta qualidade superior a primeira. Na capa a imagem representa o homem Moysés Vianna, em uma situação mais despojada, mais próximo ao cidadão comum, convidando o espectador a conhecer o tempo em que viveu Moysés Vianna e o os fatos que se sucederam. Esta é reprodução da fotografia que encontra-se no saguão da escola que leva o nome do magistrado, em Vila Flores. Já na primeira edição a imagem remete à figura austera de um juiz. Na contracapa do DVD o desenho gráfico também foi aprimorado sendo, na segunda edição, composto por fotos das pessoas que relataram suas memórias, imagens dos envolvidos na disputa eleitoral na eleição de 1936 e de Vila Flores. Apresenta as logomarcas do Centro de Memória e da Casa de Criação.

Na entrega do produto às escolas, é esclarecido ao público como foram os recursos de pesquisa utilizados para compor o documentário, enfatizando a importância da história oral e da memória social para a construção de identidade e pertencimento dos habitantes daquele município. A pequena comunidade de Vila Flores ficou marcada com os acontecimentos. Durante o período de produção do documentário, servidores do Tribunal e a equipe da produtora foram a Santiago e foi constatado como o assunto ainda é presente no imaginário das pessoas naquela região. Ao referir-se aos lugares de memória, Pierre Nora (apud LE GOFF, 1994, p.473) enfatiza que não devemos esquecer que a memória coletiva é encontrada em muitos lugares, sobretudo, nos “[...] meios sociais e políticos, nas comunidades de experiências históricas ou de gerações, levados a constituir seus arquivos, em função dos usos diferentes que fazem da memória”.

O lançamento do documentário ocorreu no auditório da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai - URI durante o Ciclo Moysés Vianna composto pela exposição de *banners* “Anos 30”, a mesa redonda sobre a política rio-grandense no período referido e a cerimônia de entrega do DVD àqueles que colaboraram, através de suas memórias, para a realização do audiovisual. Uma edição do *Conhecendo a Justiça Eleitoral* foi realizada na escola que leva o nome do magistrado em Vila Flores (ANEXO B).

Em 2012, outro audiovisual foi criado pelo Memorial da Justiça Eleitoral, o “Horário Eleitoral Gratuito”, que desde então acompanha a eleição simulada realizada nas edições do *Conhecendo a Justiça Eleitoral*. O TSE, a cada eleição oficial, disponibiliza uma carga para urna eletrônica com personagens fictícios para que os Tribunais Regionais, que desejarem, possam utilizar o material para eventos educativos. Contudo, somente é oferecido o programa para ser instalado na urna eletrônica sem material complementar. Nesse caso, considerando que os partidos e candidatos eram muito diversificados e/ou representavam elementos típicos de algumas regiões brasileiras, a equipe da SEDOC resolveu inovar fazendo um filme com as imagens e falas dos candidatos, utilizando o programa *moviemaker*.

Constavam no material fornecido pelo TSE os seguintes partidos fictícios: Partido do Folclore, Partido dos Ritmos Musicais, Partido dos Esportes, Partido das Festas Populares e Partido das Profissões. A partir da lista de vinte e cinco candidatos para o legislativo e cinco duplas candidatas ao cargo de prefeito e vice foram escolhidas as imagens na *web* e elaborados os textos para compor a

propaganda eleitoral criando as propostas partidárias. A captação da sonoplastia envolveu também servidores de outros setores do Tribunal e colaboradores externos a fim de que ficassem diversificadas as vozes. Para captar o som foram utilizados celulares e toda a edição foi realizada pelos membros da equipe. Apesar da fórmula “caseira”, o resultado superou as expectativas, tendo sido muito bem recebido pelo público. Para exemplificar serão destacados três “candidatos” e suas propostas:

PLATAFORMA DO PARTIDO DOS RITMOS MÚSICAIS - 92

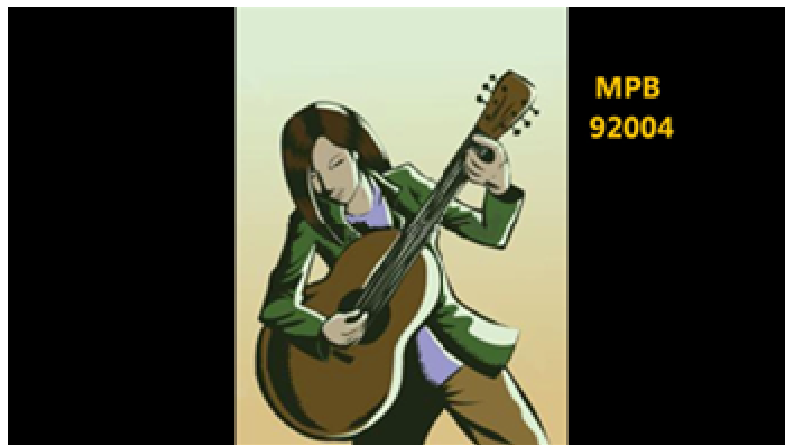
Estás cansado de dançar?

Vote nos ritmos musicais

Enquanto o banco quebra, a gente se requebra!

Valorizar a cultura sem enrolação, é a nossa solução.

**Figura 18 – Música Popular Brasileira. Candidato a vereador do PMUS - MPB
92004**



Fonte: Acervo Memorial da Justiça Eleitoral Gaúcha

Se chorei ou se sorri
O importante é que eleições eu venci
Ah! São tantas eleições...
Para vereador Música Popular Brasileira
São tantas eleições...

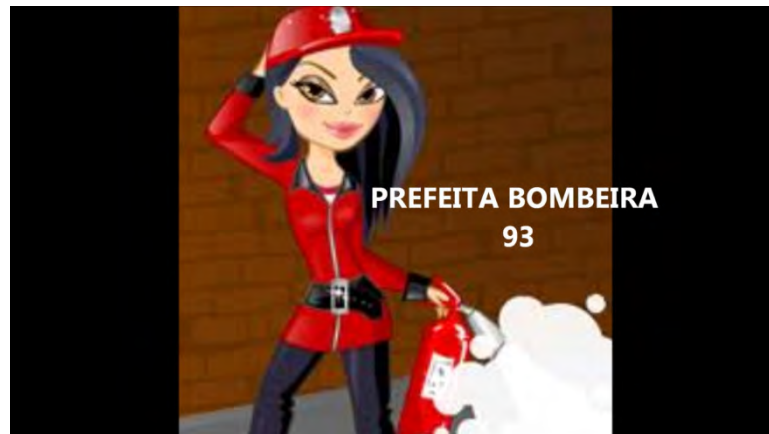
Figura 19 – Boto. Candidato a prefeito pelo Partido do Folclore - PFOLC - n.º 91



Fonte: Acervo Memorial da Justiça Eleitoral Gaúcha

Prometo energia, água e esgoto
 Conserto para o que está roto
 Desta cidade quero ser o piloto
 Para o direito e o canhoto discursar sem perdigoto
 Vote certo, vote no Boto,
 Para vice Boitatá
 Nosso número: 91

**Figura 20 – Bombeira. Candidata a prefeita pelo Partido das Profissões - PPRO
 - Bombeira n.º 93**



Fonte: Acervo Memorial da Justiça Eleitoral Gaúcha

Não quero ver o circo pegar fogo
 Nem colocar mais lenha na fogueira
 Mas pretendo manter acesa essa chama
 Pois sei que o povo me ama
 Para uma cidade maneira
 Vote na sua amiga bombeira
 Junto com meu vice
 Quero conduzir os rumos desta cidade

Para prefeito e vice
Bombeira e Motorista
Vá de 93

As “falas” dos candidatos fictícios foram intencionalmente criadas para representar a diferentes posturas e propostas políticas relacionando-as com as encontradas no contexto real. As ilustrações, da mesma forma, servem para subsidiar um diálogo sobre como os políticos exploram suas imagens pessoais durante o horário eleitoral gratuito. Quanto ao Boto e a Bombeira, é nítida a diferença entre as propostas dos candidatos. No entanto, a Bombeira, na maioria das vezes, recebe o maior número de votos nas eleições simuladas. Após a divulgação dos resultados, é aberto um debate sobre os fatores que influenciaram a eleição de determinado candidato, sobre as campanhas de “boca-de-urna” que possam ter ocorrido durante o processo e demais assuntos que possam surgir, relacionando o pleito fictício com situações ocorridas em eleições oficiais. O vídeo tem a duração de oito minutos e quarenta e três segundos.

Outros audiovisuais que estão disponíveis no canal *youtube* podem ser eventualmente empregados para complementar as informações e/ou destacar determinado assunto. Durante a ação educativa, quando não há tempo hábil para exibí-los, os *links* são repassados aos estudantes a título de sugestão para acessos posteriores. Destaco, entre eles, “Cálculo do Quociente Eleitoral”²⁶ e “Como fazer propaganda eleitoral”²⁷; o primeiro aborda os sistemas eleitorais majoritários e proporcionais, bem como explica de maneira simples porque um candidato poderá eleger-se, mesmo obtendo pouco votos; o segundo trata de uma crítica bem-humorada sobre o horário eleitoral gratuito. Em ambos os casos, a ideia é fomentar questionamentos sobre o sistema eleitoral e sobre a validade, ou não, de alguns procedimentos previstos em lei para que o cidadão possa “conhecer” o candidato.

A maioria dos estudantes que participam da atividade tem acesso à *web*, em suas residências, na escola, ou no trabalho. Mesmo que nem todos possuam computadores pessoais, acessam à *web* pelos aparelhos celulares. Sendo assim,

²⁶ **Cálculo do Quociente Eleitoral.** Produzido pelo TRE-SP, Duração de 5min e 26seg, publicado em 28/09/2012. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=PfO3tAtHYsA>>. Acesso em: junho de 2014.

²⁷ **Como fazer propaganda eleitoral.** Direção: Pepe Mendina. Duração de 3min 22seg. Publicado em 05/10/2012. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=wNH5fDT025g>>. Acesso em: junho de 2014.

são sugeridos endereços eletrônicos de audiovisuais e *sites* sobre controle social pois a “navegação” possibilita obter inúmeras informações e estimula novos aprendizados.

3.2 Materiais Impressos

Para divulgar o projeto *Conhecendo* junto à comunidade escolar, era necessário elaborar estratégias que incluíam desde a criação gráfica à abordagem junto aos profissionais do magistério. Foram elaborados textos que compuseram o *folder* na versão impressa e eletrônica, uma carta de apresentação e um material de divulgação do Centro de Memória. O material é enviado por *email* às Secretarias de Educação, divulgado na página do TRE-RS, em pequenas notas nos jornais de circulação na região metropolitana e também, durante um período, foram realizadas visitas dos servidores às escolas em Porto Alegre, esta última mostrou-se a forma mais eficaz para o agendamento da ação educativa, tendo sido abandonada por falta de recursos humanos disponíveis. A primeira versão do *folder* em 2007 continha as informações básicas como o contato, os pré-requisitos, objetivos do projeto e a descrição da atividade proposta. Todavia apresentava esses elementos com muita formalidade, haja vista a imagem escolhida para ilustrá-lo que remete ao prédio sede do Tribunal.

Figura 21 – Frente da primeira versão do *folder* elaborado em 2007, apresenta imagens da exposição, das campanhas institucionais e da sede do TRE-RS.



Fonte: Acervo Memorial da Justiça Eleitoral Gaúcha

Figura 22 – Verso do *folder* elaborado em 2007



Fonte: Acervo Memorial da Justiça Eleitoral Gaúcha

Por ser o *Conhecendo* uma forma de promoção da imagem institucional junto à sociedade, havia uma ideia internalizada de que o material de divulgação mantivesse a mesma a mesma linha formal que os documentos produzidos pelo Tribunal. Como o projeto era uma ação nova na Casa, um longo caminho de discussões foi trilhado para chegar ao consenso que o material de divulgação poderia e deveria ser mais atrativo e colorido, visto que, destinava-se a um público específico, o escolar. Para tanto, em 2009-2010 foram criados o selo do *Programa Conhecendo a Justiça* e personagens representando os estudantes que estampariam não somente o *folder*, como também outros produtos referentes à ação educativa. Pequenas adaptações vêm sendo realizadas desde então, como a alteração de Centro de Memória para Memorial da Justiça Eleitoral Gaúcha e a inclusão de imagens de edições do *Conhecendo*. Abaixo a nova versão, criada em 2014, na qual mostra os personagens em ação - utilizando uma lupa para “investigar” a história de um objeto, no caso, a urna de madeira:

Figura 23 – Frente do *folder* de divulgação - versão 2014

ACERVO DO MEMÓRIAL DA JUSTIÇA ELEITORAL GAÚCHA

Urna de madeira: utilizada até a década de 50 pela Justiça Eleitoral do RS.

URNAS DE LONA: utilizadas a partir de 1950.

Modelo de título eleitoral utilizado no final do século XIX. O documento ao lado, pertencente ao cidadão Gaspar Machado Silveira, é de 1883 e foi confeccionado na Comarca de Uruguiana/RS.

Primeiro modelo de urna eletrônica, desenvolvido para as eleições de 1996. Naquele ano, as máquinas foram utilizadas em 57 municípios brasileiros. Ao todo, 32.478.153 eleitores brasileiros votaram pelo sistema eletrônico.

CONHECENDO A JUSTIÇA ELEITORAL - EVENTOS REALIZADOS

2007
Alunos da Escola Monte Cristo visitam a exposição "Títulos na História", na sede do TRE-RS.

2008
Palestra que abriu as atividades do Conhecendo a JE na Escola Santa Tereza de Jesus - Porto Alegre

2009
Alunos da Escola Guianuba em Sapucaia do Sul participam de eleição simulada.

2010
Neste ano participaram mais de 2.500 alunos, de 18 escolas da região metropolitana.


2013
Alunos da Escola Jozué Machado dos Santos, em Triunfo.

CONHECENDO A JUSTIÇA ELEITORAL
AÇÃO EDUCATIVA

MEMORIAL DA JUSTIÇA ELEITORAL GAÚCHA

Fonte: Acervo Memorial da Justiça Eleitoral Gaúcha

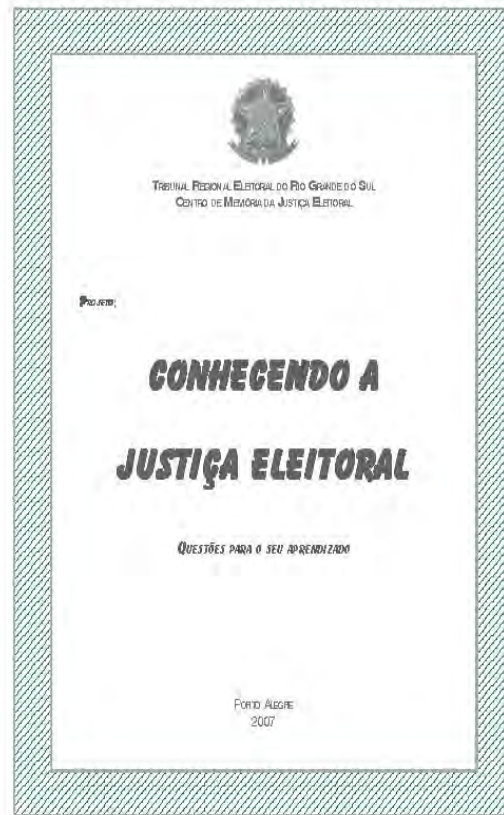
Figura 24 – Verso do *folder* de divulgação - versão 2014

CONVITE	ATIVIDADES	CRITÉRIOS
<p>O Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul convida essa instituição escolar a participar das atividades da ação educativa CONHECENDO A JUSTIÇA ELEITORAL.</p>	<ul style="list-style-type: none"> Breve palestra sobre as atividades do TRE-RS e sobre a história da Justiça Eleitoral das eleições, fazendo um paralelo com a história nacional. Mostra de audiovisual sobre os diferentes momentos da história política do Brasil: democracia, ditadura, voto indireto, voto universal, desenvolvimento e envolvimento da Justiça Eleitoral; Conversa com os alunos sobre os temas apresentados no encontro. Votação simulada com a urna eletrônica; Distribuição, às escolas interessadas, de material didático sobre o TRE e as eleições. Duração aproximada: 1h30min. <p>Local: as atividades se desenvolverão em local a ser combinado com as escolas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> Os estudantes devem já ter estudado ou estar estudando história do Brasil. É necessário agendamento prévio. Entre em contato com o Memorial da Justiça Eleitoral Gaúcha pelos fone (51) 3216.9420 ou pelo e-mail memorial@tre-rs.jus.br
<p>OBJETIVOS</p> <ul style="list-style-type: none"> Contribuir com a formação da cidadania, para que, como futuros eleitores, os jovens tenham conhecimentos básicos sobre as finalidades e o funcionamento da Justiça Eleitoral; Incentivar os jovens a se tornarem participantes críticos da política nacional, ressaltando a importância do alistamento eleitoral aos 16 anos. Tornar público o trabalho realizado pela Justiça Eleitoral para a consolidação da democracia e da cidadania; Divulgar as atividades do Memorial da Justiça Eleitoral Gaúcha, seus eventos e acervo; Estimular a preservação da memória e o estudo da história política brasileira. 	<p>PÚBLICO ALVO</p> <ul style="list-style-type: none"> Estudantes da 8ª e 9ª séries do ensino Fundamental, ensino médio e EJA. 	 <p>CONHECENDO A JUSTIÇA ELEITORAL</p> <p>MEMORIAL DA JUSTIÇA ELEITORAL GAÚCHA Rua Duque de Caxias, 350 90010-280 - Porto Alegre - RS Fone: 3216-9420 memorial@tre-rs.gov.br</p>

Fonte: Acervo Memorial da Justiça Eleitoral Gaúcha

Desde as primeiras edições foi percebida a necessidade de fornecer algum material impresso aos estudantes tanto para que levassem consigo algo físico, quanto a possibilidade de prolongar o contato entre o Memorial e o participante. Foram então desenvolvidas cartilhas com maiores informações e, através delas, podíamos também sugerir que os assuntos abordados se desdobrassem em alguma atividade a ser realizada em sala de aula. Em 2007, uma pequena cartilha foi produzida com exercícios que versavam sobre os assuntos abordados no vídeo “Povo e Poder”, além de um pequeno texto com informações referentes ao Centro de Memória. Esse material foi distribuído para os professores (incluídas as respostas) e para os estudantes. No material, impresso em folha A4 e composto por seis páginas, constavam exercícios como “caça-palavras”, “assinale a resposta certa” e “verdadeiro ou falso”. A receptividade foi positiva por parte dos participantes, principalmente, ao perceberem que a cartilha continha “palavras cruzadas”.

Figura 25 – Capa da primeira cartilha, 2007



Fonte: Acervo Memorial da Justiça Eleitoral Gaúcha

Ainda assim, a equipe passou a pesquisar outras possibilidades para torná-la visualmente mais atrativa e com um conteúdo mais abrangente. Quanto à aparência da cartilha, após discussões no grupo, foi chegado ao consenso de que deveria ser produzida com a aparência menos formal, sem constar o brasão da República e ser impressa em folha reciclada. Para tanto, foram incluídos personagens já referidos, assim como foram ampliados os conteúdos, mesclando informações históricas e os serviços prestados pela Instituição:

Figura 26 – Capa da Cartilha, 2012

Fonte: Acervo Memorial da Justiça Eleitoral Gaúcha

A cartilha tornou-se um dos principais produtos originados a partir do *Conhecendo a Justiça Eleitoral*. A transição de um material mais simplório na sua confecção, como era apresentada na primeira versão, para a criação de um produto com mais de trinta páginas, exigiu um processo de criatividade e diálogo entre a equipe da SEDOC para escolha do conteúdo. O número de páginas era variável, pois, passaram a constar informações sobre o bairro, a escola e/ou o município onde seria realizada cada edição do *Conhecendo*. A cartilha ficava então “personalizada” para cada instituição. Como exemplo, apresento o caso da Escola Estadual Nova Sociedade, em Nova Santa Rita, onde foi destacada a “fala” do corpo discente e docente e um pequeno histórico para lembrar como foi constituída aquela unidade escolar, através da pressão do Movimento dos Sem Terra junto ao Governo Estadual.

Figura 27 – Encarte especial Escola Nova Sociedade, 2011, p. 1



PROGRAMA TRE-RS

CADERNO ESPECIAL NOVA SANTA RITA

ESCOLA ESTADUAL NOVA SOCIEDADE

ESCOLA CONSTRUÍDA POR SEM TERRA COMPLETA 20 ANOS NO RS



Página do MST, 18-11-2010 (Bianca Costa)

“A Escola Nova Sociedade é movida pela educação em movimento que significa, ao mesmo tempo, enfrentar obstáculos, ver as crianças brincando, é isso que nos motiva a fazer educação. A gente vive um recomeço constante, pois a gente faz educação em forma de movimento, em forma de processo construtivo”, afirma diretora da escola, Elaine da Rosa.

O desenvolvimento de formas alternativas de educar e o reconhecimento da comunidade, levou a instituição a ser a Escola Base das Escolas Itinerantes dos Acampamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no RS, em 1996.

«Minha casa é bem pertinho da escola»

Sara Santos Klauck, 12 anos, assentamento Itapuí, Nova Santa Rita - Minha casa é bem pertinho da escola e tem uma estrada e um açude na frente. Para chegar na escola tem um atalho, mas geralmente não vamos por lá, para ir brincando, subindo nas árvores, e às vezes até chegamos meio atrasadas. Gosto de fazer teatro, de cantar, brincar, jogar bola. *(Depoimento da aluna no site do SINPRO/RS, em 2002)*



Além de um breve histórico sobre Nova Santa Rita, expresso em duas páginas, foram destacadas outras informações sobre a composição do eleitorado e grau de instrução dos candidatos na eleição de 2008, para que o professor da área de Humanas dispusesse de elementos para dar continuidade a ação educativa em sala de aula através de dados que, apesar de serem públicos, são pouco acessados, e promover um diálogo sobre a política local. O objetivo era produzir um material de apoio ao professor, pois o tempo da apresentação do *Conhecendo* não seria suficiente para desenvolver cada tópico.

**Figura 28 – Encarte especial Escola Estadual Nova Sociedade.
Dados sobre os candidatos ao Poder Legislativo Municipal. 2011, p. 7.**

CONHECENDO A JUSTIÇA ELEITORAL

CANDIDATOS POR FAIXA ETÁRIA/SEXO - VEREADOR

GRAU DE INSTRUÇÃO	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
18 a 20 anos	0	1	1
21 a 24 anos	1	0	1
25 a 34 anos	7	4	11
35 a 44 anos	15	5	20
45 a 59 anos	29	11	40
60 a 69 anos	3	0	3
TOTAIS	55	21	76

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral/RS. Dados referentes às eleições de 2008.

CANDIDATOS POR GRAU DE INSTRUÇÃO - VEREADOR

GRAU DE INSTRUÇÃO	TOTAL
Ensino superior completo	8
Ensino médio - superior incompleto	33
Ensino fundamental - ensino médio incompleto	20
Analfabetos	0
Ensino fund. incompleto, lê e escreve ou não informado	15
TOTAIS	76

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral/RS. Dados referentes às eleições de 2008.

NOVA SANTA RITA - DISTRIBUIÇÃO DO ELEITORADO

FAIXA ETÁRIA	MASCULINO	FEMININO	TOTAL	PERCENTUAL
16 a 18 anos	151	150	301	2,12
18 a 24 anos	1.099	1.142	2.241	15,82
25 a 34 anos	1.624	1.749	3.373	23,81
35 a 44 anos	1.515	1.511	3.026	21,36
45 a 59 anos	1.802	1.645	3.447	24,33
60 a 69 anos	545	543	1.088	7,68
Mais de 70 anos	333	360	693	4,89
TOTAIS	7.069	7.100	14.169	100
	49,89%	50,11%		

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral/RS. Dados referentes às eleições de 2008.

Quanto àqueles que concorreram ao cargo de prefeito em Nova Santa Rita, em 2008, foram apresentadas informações sobre cada candidato, incluindo grau de instrução, profissão, votação recebida e idade, pois, eram em menor número e, por ter o Executivo uma maior visibilidade, impulsionaria a participação do público durante o *Conhecendo*. Também para ressaltar a possibilidade de qualquer pessoa, desde que preencha os requisitos legais, poderá candidatar-se a cargos eletivos.

**Figura 29 – Encarte especial Escola Nova Sociedade.
Dados sobre os candidatos ao cargo de prefeito. 2011, p.5.**

CONHECENDO A JUSTIÇA ELEITORAL

NOVA SANTA RITA - PERFIL DOS CANDIDATOS - ELEIÇÕES 2008

CANDIDATO/PARTIDO	DATA NASC. IDADE	GRAU INSTRUÇÃO	VOTAÇÃO ELEIÇÃO 2008	OCUPAÇÃO
 Arnilton da S. Amorim PTB - Partido Trabalhista Brasilista - (14)	28/07/1953 55 anos	E ensino Médio completo	3.381 (28,34%)	Prefeito
 Francisco Antonio B. Seger PP - Partido Progressista - (11)	06/02/1959 49 anos	Superior completo	3.800 (31,85%) eleito	Advogado
 Giovanna Gemelli Fogundes PT - Partido dos Trabalhadores (13)	24/10/1968 38 anos	Superior completo	1.722 (14,43%)	Engenheira
 Marne Otacilio de Souza DEM - Democratas - (25)	14/12/1946 61 anos	E ensino Médio incompleto	552 (4,63%)	Comerciante
 Zora Lubing Moraes Schroeter PPS - Partido Popular Socialista - (23)	03/06/1941 67 anos	E ensino Fundamental completo	2.475 (20,75%)	Aposentado

Conforme determina a Constituição Federal, em seu artigo 14, para candidatar-se a cargo público no Brasil o cidadão necessita preencher alguns requisitos básicos.

De forma genérica, o § 3º do artigo 14, determina que são condições obrigatórias para postular uma candidatura a cargo público a nacionalidade brasileira, o pleno exercício dos direitos políticos, ser alistado como eleitor, ter domicílio eleitoral no local onde pretende ser candidato, a filiação em partido político e, ainda, determina faixas de idade mínima conforme o cargo a ser pleiteado.

Para Prefeito, o art. 14, § 3º, alínea "c" exige a idade mínima de 21 anos.



Charge: Luciano Koyser

V

Fonte: Acervo Memorial da Justiça Eleitoral Gaúcha

Foram também desenvolvidos, entre 2009 e 2011, encartes especiais para os bairros Arquipélago, IAPI, Medianeira, Cidade Baixa, Bom Jesus, Passo das Pedras e Medianeira em Porto Alegre, e para São Leopoldo, Sapucaia do Sul, Guaíba, Sapiranga, Novo Hamburgo, Cachoerinha e Alvorada. No entanto, esta modalidade de confecção foi interrompida devido ao fato de que, em anos eleitorais, há um aumento da demanda junto ao setor de artes gráficas do Tribunal, inviabilizando a impressão dos encartes especiais, da capa constando o nome da escola, assim como a montagem e grampeamento de cada exemplar da cartilha. A partir de 2012, adotou-se a política de um material comum para todos os participantes, solicitando a impressão de grande quantidade para garantir que houvessem exemplares disponíveis para atender as necessidades do projeto a qualquer tempo.

Se por um lado, este procedimento facilitou a operacionalização interna para a produção da cartilha, por outro, representou uma queda na qualidade porque não produz mais a relação identitária com seu destinatário. Principalmente nas regiões mais desfavorecidas economicamente e onde há, muitas vezes, ausência dos serviços básicos de infraestrutura, era interessante a reação dos estudantes lendo sobre aspectos históricos e pitorescos do seu bairro e/ou município, demonstrando que ali também haviam um conjunto de memórias muitas vezes esquecido.

Contudo, no núcleo da cartilha foram mantidos os passatempos, que constavam na primeira edição, dados sobre o sistema adotado no Brasil quanto à separação dos poderes em três esferas, a organização da Justiça Eleitoral e dados estatísticos sobre o perfil do eleitorado no Rio Grande do Sul. Também foi mantido o poema “O Analfabeto Político” de Brecht e acrescentado um texto, criado pela equipe da SEDOC, sobre o termo “política”, o seu uso no cotidiano e as várias formas pelas quais o sujeito poderá participar das decisões que afetam sua vida.

Figura 30 – Texto “A política no cotidiano”

A POLÍTICA NO COTIDIANO

A política e a participação popular estão presentes em nossas vidas o tempo todo, e, na maioria das vezes, nem nos damos conta. Na sua casa podem ocorrer pequenos conflitos. Respeitar e se fazer respeitar, negociar, dialogar, expor suas ideias e saber ouvir são exercícios da **política** de convivência. Quando você vai a um estabelecimento comercial e não é bem atendido, você não quer voltar porque a **política** de trabalho daquele lugar não lhe agrada. Você tem outras escolhas.

Da mesma forma, você faz escolhas diárias sobre assuntos de interesse coletivo, como a eleição do líder da turma, do diretor da escola, do líder comunitário, do síndico do prédio, etc...

O voto é uma das formas de exercer a cidadania e participar da vida **política** do país. Se um partido político ou um candidato apresenta uma idéia, uma plataforma **política** que lhe parece adequada, você poderá votar nele. Caso contrário, poderá votar em outro.

Respeite as normas e faça valer seus direitos.



Compõem também este material textos breves relacionando a história das eleições no Brasil, divididos nos seguintes tópicos: Brasil Colônia; No tempo do Imperador; A República que já nasceu velha, A “revolução” de 1930, Ditadura 1, Redemocratização 1, Ditadura 2, Redemocratização 2. Esses últimos tópicos foram intencionalmente numerados como 1 e 2 para dar a ideia de movimento cíclico e que o processo democrático, sendo uma construção sociopolítica, é uma conquista que necessita ser mantida. Em relação a tomada do poder por Getúlio Vargas, em 1930, o período é muito caro à Justiça Eleitoral, pois trata da criação dessa justiça especializada, através do Código Eleitoral de 1932, que instituiu o voto feminino e o voto secreto.

Figura 31 – Textos sobre a Primeira República e sobre o Golpe de 1930, períodos de grande efervescência na cultura e na política. A imagem refere-se a um cartaz alusivo a Semana de Arte Moderna ocorrida em 1922.

COMIÇANDO A JUSTIÇA ELEITORAL

A REPÚBLICA QUE JÁ NASCEU VELHA

Com a proclamação da República, em 1889, os analfabetos perderam o direito de votar. Ao mesmo tempo, deixou de ser exigida uma renda mínima para o cidadão tornar-se eleitor.

Entre 1889 e 1930 o país viveu a chamada República Velha. Neste período, embora várias leis trocassem do processo eleitoral, ainda não vivíamos numa democracia plena. Foram mais de 40 anos marcados pela influência dos chefes políticos locais (coronéis) nas decisões das eleições e pela alternância de políticos mineiros e paulistas na Presidência da República (república do café-com-leite).



Cartaz alusivo à Semana de Arte Moderna - 1922

A “REVOLUÇÃO” DE 1930

Com a Revolução de 1930 este panorama começaria lentamente a mudar. Quanto à questão eleitoral, o movimento chegava ao poder com a ideia de moralização do processo de votação. O Código Eleitoral de 1932, primeiro da história do país, foi o marco deste avanço. Instituiu o voto feminino, o voto secreto, a Justiça Eleitoral e fez a primeira menção à possibilidade de utilização de uma “máquina de votar”. Os analfabetos continuavam proibidos de votar.

Utilizando as imagens como recurso comunicacional, a cartilha apresenta reproduções de pinturas para ilustrar o período colonial e imperial, de fotografias sobre fatos históricos como as “Diretas Já” e peças do acervo, reproduções de capas de jornais e as manchetes sobre os períodos ditatoriais. Quanto às charges, algumas foram criadas para relacionar temas atuais abordados na ação educativa - e presente, em muitos casos, na realidade do participante - ainda que de maneira divertida, sem perder a profundidade. Destaco duas charges que tratam da “compra de votos” e das “promessas” feitas pelos candidatos que ultrapassam a sua viabilidade de execução.

Figura 32 – Charges sobre crime eleitoral e “promessas” que ferem a Lei de Responsabilidade Fiscal.



Fonte: Acervo Memorial da Justiça Eleitoral Gaúcha

Outra publicação do Memorial que é distribuída ao público participante do *Conhecendo* é a revista “No tempo de Moisés Vianna”. Trata-se de uma adaptação, utilizando a linguagem da história em quadrinhos, que resultou da pesquisa realizada para o documentário de mesmo nome referido neste trabalho. O objetivo, além de narrar os acontecimentos e relacionar à Justiça Eleitoral com a comunidade, foi criar um produto com uma estética mais próxima do público alvo a um custo que permitisse a distribuição de um exemplar para cada participante da ação educativa. Devido ao tipo de papel empregado, tons de cores e número de páginas, as revistinhas foram impressas em gráfica externa ao Tribunal (ANEXO C).

Entre a primeira edição da revista em 2009 e a segunda em 2010, foram necessárias correções nas informações sobre a localização geográfica de Santiago pois, constava que a região era fronteira com o Uruguai, quando na verdade, é com a Argentina. Houve mudança no desenho que ilustra a capa da revista, com o intuito de despertar maior interesse por parte do leitor, apresentando o personagem com paletó e sem o uso da bandeira nacional. Em segundo plano, de forma sutil, é possível perceber uma mão segurando um revólver e grupos armados sugerindo ao leitor um roteiro policial. O logo do Centro de Memória aparece em destaque logo abaixo do título e há uma frase na parte superior com os dizeres: “Personalidades da Democracia em Quadrinhos”. Esta última adaptação sugere a possibilidade de que outras histórias venham a ser publicadas na linguagem de quadrinhos.

Figuras 33 – Revista em quadrinhos “No tempo de Moisés Vianna”.



À esquerda, capa da 1ª edição em 2009. À direita, capa da 2ª edição em 2010. Ambas com tiragem de 2000 exemplares.

Fonte: Acervo Memorial da Justiça Eleitoral Gaúcha

Em 2014, o Memorial apresentou a terceira edição da revista, que foi totalmente revisada. As alterações internas referem-se as páginas 7 e 8 (Figura 34), que substituíram textos introdutórios sobre a conjuntura mundial e local por escritos mais curtos, e foram incluídas ilustrações para favorecer a dinâmica da leitura. Elas remetem a fatos nacionais e internacionais ocorridos na década de 1930 e aos bandos armados, facilmente encontrados no interior do Rio Grande do Sul, para intimidar os eleitores. Cabe ressaltar que há um desenho homenageando algumas pessoas que contribuíram através das suas memórias para que esta história fosse contada: Seu Lauzinho e Dona Naides, que foram testemunhas oculares, bem como a Dona Nilda, filha de um correligionário de um dos candidatos à época, que não vivenciou os fatos, mas cresceu ouvindo os “causos” sobre o ocorrido.

A capa dessa edição, ao contrário das anteriores, sugere um clima de mistério e crime com uma ilustração mais contemporânea, onde há um sujeito à sombra com arma em punho, enquanto o outro parece não perceber a sua presença:

Figura 34 – Revista em quadrinhos “No tempo de Moyses Vianna”



Páginas 7 e 8. Destaque para a capa da 3ª edição. 2010. Tiragem de 7000 exemplares.

Fonte: Acervo Memorial da Justiça Eleitoral Gaúcha

A partir do exposto, é possível inferir que houve um contínuo esforço para qualificar a confecção do material de apoio e do educativo. Algumas mudanças foram mais lentamente implementadas como a questão visual dos *folders* e a criação dos personagens que ilustram o material do *Conhecendo*, porém, quando efetivadas proporcionaram um impacto qualitativo no visual dos impressos. Nessa busca pela adequação dos produtos foi possível “criar oportunidades de ampliar conhecimentos, rever conceitos e modificar procedimentos de trabalho” (SOARES, 2001, p.9) entre a equipe da SEDOC.

Em relação aos audiovisuais e as questões financeiras que envolvem a sua produção, destaco que o fato de ter sido realizado o documentário “No tempo de Moysés Vianna”, nos moldes em que foi apresentado, representou um grande avanço para demonstrar a pertinência do trabalho do Memorial dentro do TRE e também as possibilidades no trato da memória social. A transposição de um acontecimento real para a linguagem em quadrinhos também tornou-se um projeto exitoso, a revistinha é bastante apreciada pelos estudantes, além de ilustrar assuntos tratados na ação educativa como as fraudes eleitorais e o contexto rio-grandense na época.

Soares (2001, p.10) afirma que é necessário “[...] interagir com as instituições educacionais elaborando projetos com o objetivo de utilizar o patrimônio cultural como um suporte essencial ao processo educativo e ao desenvolvimento social”. Neste sentido, o objetivo de aprimorar os materiais para a ação educativa e para o Memorial tornou-se um exercício constante e, essa dinâmica, conjugada com o aprendizado que é feito no contato com os estudantes, impulsiona novas ideias e novos desafios.

4 O CONHECENDO E SUAS RELAÇÕES

Este capítulo aborda a ação educativa destacando sua representação para o Memorial e junto ao TRE- RS, através da observação da trajetória desta atividade e as relações estabelecidas com o público interno. Relaciona os dados quantitativos do projeto e a sua expansão após a implementação do EaD para os servidores do interior do Rio Grande do Sul. Por último, apresenta os pareceres avaliativos para coletar a crítica do público discente e docente.

4.1 O *Conhecendo* e o Memorial: as relações no âmbito do TRE-RS

A ação educativa *Conhecendo a Justiça Eleitoral* iniciada como projeto experimental, em 2007, foi trilhando um caminho de expansão junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, demonstrando sua pertinência com uma ferramenta de aproximação junto à sociedade. O que foi previsto na condição de atividade temporária tornou-se um programa permanente na Instituição.

Para demonstrar essa trajetória e a relevância adquirida pelo *Conhecendo* torna-se necessário compreender algumas peculiaridades nesse processo. As ações relacionadas à memória no TRE-RS estão presentes, ainda que esparsas, desde 2004, quando foi designada uma Comissão para a Implantação do Centro de Memória, formada por servidores representando diferentes setores da Instituição, onde a parte executiva coube a COGIN/SEDOC. A partir de então, mesmo não oficializado, o Centro de Memória foi, aos poucos, realizando ações e construindo uma credibilidade na Instituição. Na prática, a COGIN/SEDOC abarcava não somente a execução das atividades, mas também a criação e a proposição das mesmas, as quais eram submetidas à Comissão.

Quando surgiu o projeto de ação educativa e, todas as demandas administrativas relacionadas a ele, o Centro de Memória passou a ter maior visibilidade, e com o passar do tempo, as autorizações para novas edições da atividade tornaram-se frequentes junto à Secretaria Judiciária e a Direção Geral do Tribunal. Somam-se ainda, os projetos para a criação de produtos relacionados ao *Conhecendo* que foram sendo apresentados e envolviam para a sua execução, não somente a equipe da SEDOC, como outros setores da Instituição, entre eles, a

Seção de Artes Gráficas - SAGRA e a Seção dos Transportes e da Segurança - STRASS.

Neste sentido já estavam circulando pela Instituição informações sobre o *Conhecendo*, ao mesmo tempo que o trabalho de um maior número de pessoas estava sendo solicitado para efetivar a sua realização. Se por um lado, haviam críticas sobre o TRE estar patrocinando ações educativas e de memória que não correspondiam a atividade-fim que é a eleição e assuntos relacionados à ela, por outro, manifestações positivas também eram recebidas (ANEXO D). A aceitação foi sendo construída aos poucos.

A equipe da SEDOC trabalhou em duas estratégias para que o *Conhecendo* e o Centro de Memória fossem reconhecidos dentro da Instituição. A primeira refere-se à busca no aperfeiçoamento dos servidores ligados ao projeto, através do incentivo à participação em cursos e oficinas sobre ações educativas, História e Museologia com o intuito de profissionalizar seu trabalho. A segunda refere-se à divulgação das atividades desenvolvidas pelo Centro de Memória para o público externo, dando-se a conhecer pelas outras instituições congêneres. Desta forma, em 2008, a primeira participação ocorreu no 3º Fórum Nacional de Museus, em Florianópolis (ANEXO E), através da comunicação sobre o projeto *Conhecendo a Justiça Eleitoral*; em 2010, durante 12º Fórum Estadual de Museus do Rio Grande do Sul, em Santa Maria, foi apresentado a pesquisa e o *making of* do DVD “No tempo de Moysés Vianna” e em 2011 durante o 5º Encontro da Rede de Bibliotecas da Justiça Eleitoral – REJE no TSE foram expostos *banners* sobre ação educativa no TRE-RS.

A partir de 2007, como objetivo de dar maior transparência as ações institucionais, foram sendo incorporados instrumentos de prestação pública, entre eles destaque o “Balanço Social” (2008-2009) produzido pelo Comitê Valor Público²⁸ onde o *Conhecendo a Justiça Eleitoral* foi demonstrado quanto aos números de edições, os produtos criados e relacionado ao tema “Envolvimento com a Sociedade” e desde a implantação em 2008 do Planejamento Estratégico, a ação educativa tem sido elencada com uma das estratégias para a aproximação com a sociedade e estímulo à cidadania.

Esses elementos corroboram tanto para a ampliação das atividades educativas quanto à pertinência das ações relacionadas a memória no âmbito da

²⁸ Comitê formado por servidores do TRE-RS com o objetivo de apresentar propostas de cunho socioambiental.

Justiça Eleitoral gaúcha, demonstrando um alinhamento com a missão²⁹ do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul que “é assegurar à sociedade o livre exercício dos direitos políticos do cidadão e a expressão fiel de sua vontade”; tendo como visão “ser uma instituição integrada, cuja efetividade leve a sociedade a reconhecê-la como necessária e pertinente”.

A ação educativa precede a oficialização do Memorial da Justiça Eleitoral Gaúcha em 2013, mas é nítida a parcela de contribuição que o *Conhecendo* teve na consolidação deste espaço de memória, através da divulgação da imagem do TRE-RS junto à comunidade escolar. Otacílio Marques (2007, p.20) analisando a memória nas instituições jurídicas afirma que:

A partir do momento em que se começa a pensar na importância de consolidar lugares de preservação da história e da memória institucional com métodos, estratégias e objetivos bem definidos pautados em princípios organizacionais, históricos, arquivísticos e museológicos, a organização compromete-se a desenvolver, junto à sociedade e os personagens que entremearam a sua trajetória um espaço que permita a reflexão e o autoconhecimento institucional.

A Instituição percebeu as possibilidades que investir na Memória podem proporcionar a propaganda institucional, a receptividade positiva na imagem sobre a Justiça Eleitoral perante a comunidade e o alinhamento às políticas públicas que sendo implementadas desde a Constituição Federal de 1988, que já contém em seu texto referências sobre a responsabilidade dos órgãos públicos a respeito do patrimônio cultural e a educação³⁰, das ações do Conselho Nacional de Justiça³¹ através da criação do Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário³² e do Estatuto de Museus³³.

²⁹ A missão e a visão do Tribunal Regional Eleitoral na íntegra estão expressas no *site* da Instituição. Disponível em: <www.tre-rs.jus.br>. Acesso em: Junho de 2014.

³⁰ CF/88 - arts. 5º, XXXIII, 215, caput, 216, IV - acesso a informações e fontes de cultura e dever de preservação do patrimônio administrativo e cultural
CF/88 - arts. 23, III e IV, e 24, VII - guarda e proteção de documentos arquivados, enquanto patrimônio - competência comum da União, Estados, DF e Municípios na proteção e para legislar sobre o assunto
CF/88 - art. 99 - autonomia administrativa e financeira do Poder Judiciário. Quanto à organização e funcionamento.

³¹ Portaria do CNJ 70/2009 que sugere como ação fomentar política de gestão documental com foco na modernização de arquivos e na preservação da memória do Judiciário.

³² Institui política nacional de gestão documental, indicando aos Tribunais a observância das normas de funcionamento do Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário - Proname e seus instrumentos.

³³ Lei n.º 11.904, de 14 de janeiro de 2009 que instituiu o Estatuto dos Museus.

O Tribunal Superior Eleitoral que, como o nome já refere, instituiu o seu museu em 2011, sugerindo que os Regionais adotem mecanismos de promoção da memória através de ações semelhantes. A Rede de Memória Eleitoral - REME foi instituída em 2014 na busca de fomentar ações de preservação, guarda e divulgação do acervo da Justiça Eleitoral. Outra iniciativa, que está em fase de construção é a criação de uma rede de memoriais do Poder Judiciário, congregando todos os noventa e um tribunais existentes no Brasil.

4.2 O *Conhecendo* em números

Com a intenção de estender a ação educativa para o interior do Estado, em 2011 foi elaborado um curso na modalidade de Ensino à Distância - EaD para instrumentalizar os servidores dos cartórios eleitorais que desejassem realizar edições do *Conhecendo* em seus municípios. Na equipe da SEDOC somente três servidores se envolvem diretamente na execução da ação educativa; com a ampliação, através do EaD, este número foi potencializado e a partir de 2012 o número de participantes foi ampliado significativamente conforme o quadro abaixo:

Figura 35 - Tabela com números de edições e participantes

Edições da ação educativa <i>Conhecendo a Justiça Eleitoral</i> realizadas pela equipe da COGIN/SEDOC (3 servidores)	Edições da ação educativa <i>Conhecendo a Justiça Eleitoral</i> realizadas pelas equipes dos cartórios eleitorais (25 servidores)
Período: 06/2007 a 06/2014	Período: 04/2012 a 06/2014
Número de escolas participantes: 27	Número de escolas participantes: 28
Número de estudantes envolvidos: 5547	Número de estudantes envolvidos: 3131
Municípios: 16*	Municípios: 28

* Inclui a Região Metropolitana de Porto Alegre e os eventos realizados em Santiago - RS e Canela - RS.

Fonte: Acervo Memorial da Justiça Eleitoral Gaúcha

4.3 As versões do *Conhecendo*

O *Conhecendo a Justiça Eleitoral* também recebeu adaptações para atender às demandas específicas que surgiram no Tribunal, sendo destinado a outros públicos. A primeira foi a participação em edições (2011 a 2013) do Programa de Instrução e Ambientação - PIA, desenvolvido pela Secretaria de Gestão de Pessoas

que é realizado quando um grupo de novos servidores ingressam no Tribunal. O objetivo era acolher os novos colegas, divulgar a história da Instituição e sensibilizá-los para a importância das ações de memória dentro da Instituição. A segunda, em 2014, a convite da Escola Judiciária Eleitoral - EJE-RS, para apresentar a ação educativa no Encontro da III Reunião de Diretores de Escolas Judiciárias Eleitorais - CODEJE, que ocorreu em Canela. Na ocasião, a ênfase recaiu sobre o roteiro apresentado no *Conhecendo* e a necessidade de atividades correlatas, em todo o território nacional, para a divulgação da Justiça Eleitoral. Em alguns Tribunais Regionais Eleitorais as ações educativas e campanhas estão vinculadas às escolas judiciárias, no caso do Rio Grande do Sul o vínculo é com a Secretaria Judiciária.

Com a finalidade de estabelecer parcerias e aproximações com outras instituições, em 2013, durante a 11ª Semana de Museus, o Centro de Memória promoveu a mesa redonda “Memória e Sociedade: ações educativas no Judiciário” tendo a parceria do Memorial do Tribunal de Justiça - RS, Memorial do Ministério Público - RS e do Memorial da Justiça Federal – RS e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (ANEXO F) Na ocasião, o *Conhecendo a Justiça Eleitoral* foi apresentado através das imagens e falas dos seus participantes.

4.4 As avaliações do *Conhecendo*

A necessidade de empregar instrumentos avaliativos junto ao público envolvido sempre foi uma questão presente desde as primeiras edições do *Conhecendo*. Para a Instituição a quantidade de público era a tônica, afim de compor os relatórios e outros documentos administrativos. Porém, para a equipe do Memorial era importante obter um *feedback* que ficasse registrado. As sensações e impressões obtidas pelos educadores através das conversas com os estudantes e professores, o interesse demonstrado por alguns sobre determinado assunto e demais situações vividas eram muito importantes e, ao mesmo tempo, eram subjetivas. Tornava-se pertinente colher através da avaliação de cada participante outras informações, críticas e sugestões que pudessem contribuir para a qualificar a ação educativa.

Não se trata de um estudo de público aprofundado, teórico e acadêmico, com tabulações por gênero, idade ou sexo, nível econômico, entre outros. Apenas um meio que possibilite inferir alguns impactos cognitivos e também afetivos que se

construíram durante a realização do *Conhecendo*. Porém, estes apontamentos poderão estimular a realização de pesquisas quanti-qualitativas sistemáticas, possibilitando diagnósticos e análises acerca da aprendizagem e satisfação do participante.

Nos primeiros encontros com estudantes no edifício sede do TRE, após o “bate-papo” e a visita à exposição, era solicitado que o participante assinasse o livro de presença e depositasse na urna de madeira – que neste caso estava exposta e ao mesmo tempo servia de receptáculo – uma consideração sobre a atividade realizada. Era oferecida uma “cédula” de papel, semelhante às utilizadas nas eleições oficiais antes do advento da urna eletrônica.

Figura 36 – Frente da “cédula” utilizada para avaliar a exposição, 2007.

Formulário de avaliação da exposição, 2007. O formulário é dividido em seções horizontais:

- Seção superior: Espaço para assinatura, com um retângulo no canto superior direito.
- Seção rotulada "PRESIDENTE".
- Seção sombreada (sem rótulo).
- Seção rotulada "MESÁRIO".
- Seção rotulada "MESÁRIO".

Fonte: Acervo do Memorial da Justiça Eleitoral Gaúcha

Figura 37 – Verso da “cédula” utilizada para avaliar a exposição, 2007.

CENTRO DE MEMÓRIA DA JUSTIÇA ELEITORAL DO RS

A EXPOSIÇÃO QUANTO AO CONTEÚDO, ORGANIZAÇÃO E CLAREZA, PODE SER CONSIDERADA:

<input type="checkbox"/> MUITO INTERESSANTE <input type="checkbox"/> FRACA	<input checked="" type="checkbox"/> REGULAR SUGESTÕES: _____ _____
---	--

Fonte: Acervo do Memorial da Justiça Eleitoral Gaúcha.

Esta forma de coletar as impressões do visitante somente era viável quando a ação educativa era efetuada no Plenário e seguida da visita à exposição; quando os encontros passaram a ser realizados no ambiente escolar a função deixou de existir. E também esse modelo de avaliação foi considerado precário, pois, apesar de conter um espaço para sugestões, ele oferecia campos objetivos e, em geral, o estudante apenas marcava um “x” no adjetivo que considerava mais condizente para avaliar a experiência dentro do Tribunal.

Outro modelo para colher a avaliação foi empregado, com o objetivo de estimular a crítica de maneira mais espontânea e no formulário passou a ser identificado com o nome da escola, facilitando relacionar a opinião, o lugar e por vezes, uma situação específica. No exemplo abaixo, o estudante expressou sua opinião observando que foi “importante assistir a apresentação e também foi um máximo [sic] e “foi divertido votar nos candidatos [sic], fazendo referência a eleição simulada durante a atividade.

Figura 38 – Avaliação realizada por estudante da 6ª série do ensino fundamental - São Leopoldo- RS

Este espaço é seu. Faça suas observações, sugestões e críticas sobre o material apresentado, a palestra e o vídeo.
A Justiça Eleitoral agradece a sua participação.

Na minha opinião eu acho que foi muito importante a atividade também foi um momento muito divertido para os alunos.

Conhecendo a Justiça Eleitoral Escola Municipal Prof. Álvaro Luis Nunes

Fonte: Acervo do Memorial da Justiça Eleitoral Gaúcha

Em 2014 houve uma pequena alteração no modelo de formulário, passando a constar a data da realização da ação educativa, procedimento que facilita a organização de guarda e recuperação da informação.

Figura 39 – Avaliação de estudante no Projeto de Jovens Aprendizes – ensino médio – Canoas - RS

Ação Educativa Conhecendo a Justiça Eleitoral
CIE-E – Canoas 14/05/2014

Parecer Avaliativo

Deixe sua opinião sobre esta atividade. Sinta-se à vontade para fazer críticas e/ou elogios sobre o material didático, sobre os audiovisuais, sobre o conteúdo...

Bem, achei bem interessante e cativou todo mundo e chamou a atenção de todos e foi uma conversa tão boa que passou mais rápido o tempo e não deixou mais a par da situação pra quem tem o motor.

Fonte: Memorial da Justiça Eleitoral Gaúcha

Se por um lado, este instrumento apresenta uma simplicidade, sem uma maior elaboração para obter respostas para perguntas dirigidas e/ou com outros campos que proporcionariam um rol de informações mais completas, o que demandaria uma outra pesquisa para a sua confecção, por outro, até o presente momento a equipe do Memorial optou por deixar um espaço livre para comentários, com a intenção de facilitar e ao mesmo tempo estimular que o participante expresse seu comentário sem a indução de um roteiro, permitindo que outros aspectos possam vir a ser contemplados, a partir das observações dos educandos.

Como a maior parte das edições do *Conhecendo* vem sendo realizadas no ambiente escolar, não é possível aferir dados sobre o espaço expositivo do Memorial. Todavia, as informações podem ocorrer sobre a qualidade dos recursos utilizados como apoio e os impressos, sobre a abordagem dos educadores e servem para verificar se houveram muitos “ruídos” no processo de comunicação entre a mensagem emitida e a que foi recebida, considerando a interação ocorrida. Segundo Cury (2005, p.371), comunicação como interação:

[...] é entendida como complexa e articulada com a vida cotidiana. Neste sentido, constitui-se como um conjunto de processos, e não um único, por envolver face à globalização, múltiplas e fragmentadas mediações multilocalizadas que produzem significações e sentidos e adquirem sentidos para públicos específicos, pois o público não é uma massa homogênea com comportamento constante. Constitui-se, sim, em grupos com distinções sociais que manifestam suas diferenças na recepção.

Nesse sentido, cada grupo, ainda que guardada as especificidades individuais, reagirá de acordo com o lugar onde vive, como é a representação da política local, como se dá o acesso aos meios de comunicação e da relação na escola e na família.

Um dos objetivos do *Conhecendo* é que o jovem participe mais intensamente da política e, para tanto, é necessário despertar interesse sobre o assunto. Apresento duas “falas” no parecer avaliativo para ilustrar que a ação educativa, mesmo sendo limitada a um encontro, poderá contribuir para estimular o pensamento crítico. Na primeira o estudante do ensino médio escreveu:

Com a atividade ficou bem mais claro como era nosso país diante a ditadura e diante de todas as mudanças que foram essenciais para que hoje possamos viver em uma sociedade bem mais ampla e organizada, mesmo que haja problemas ainda, todo o ocorrido na política foi importante [sic].

Na segunda, uma estudante também do ensino médio relaciona a atividade com o seu desejo profissional e o gosto pela História:

[...] eu gostei muito da palestra pois esse assunto me chama a atenção pois quero ser juíza. Amo a história e me chama muito a atenção da história do meu país, sempre procuro me aprofundar nesses assuntos mais você em pouco tempo abriu meu entendimento para algumas áreas da história do Brasil que eu não conhecia [...] [sic]

Ao longo dos sete anos do *Conhecendo* foram muitas impressões coletadas, não é a intenção deste neste trabalho expor todas, e como não é realizado um mecanismo de tabulação para uma investigação mais ampla, observo apenas que é a partir deste retorno dos estudantes que a equipe envolvida na ação educativa busca estímulo para qualificar o projeto e inová-lo sempre que possível.

5 CONCLUSÃO

Ao escrever este trabalho muitas lembranças relacionadas ao *Conhecendo* surgiram. Foi muito prazeroso esse processo de rememoração porque constituiu-se em uma busca para reunir documentos e imagens que registram o caminho percorrido pela ação educativa dentro e fora da Instituição, desde a obtenção da primeira autorização para que ela ocorresse de forma experimental até a ser considerada uma atividade permanente do Memorial. Foram conquistas – pequenas ou grandes - que foram somando-se dia após dia. Os comentários dos estudantes e os *insights* sobre o que aconteceu durante os encontros não há como quantificar, pois representa o desejo de todo educador, que a comunicação seja plena, com afetividade e com atitude crítica. Foram proporcionadas muitas situações de sorrisos e encantamentos entre os parceiros nesta caminhada, a escola e o museu.

A ação educativa foi muito enriquecedora, sobretudo, à própria Instituição que a patrocina e integra-a em outras atividades. A participação do *Conhecendo* tanto em ações internas do Tribunal - isso demonstra uma “oxigenação” em relação ao trato da memória - quanto em eventos relacionados ao Judiciário em âmbito nacional tem se mostrado ativa. O Memorial, agora oficializado, só tende a crescer e se tornar mais pertinente dentro e fora do TRE-RS. O investimento em capacitação tem sido bem intenso durante esse período, incentivando um clima de novidades e desejo de aperfeiçoamento constante.

Quanto à equipe da SEDOC, como são servidores que trabalham há muito tempo juntos, criou-se um clima cooperativo, com bastante interação e liberdade para a expressar nossas críticas e ideias, aprendendo através da troca de saberes, em um ambiente agradável e, na maioria das vezes, divertido. Por que trabalhar também pode ser divertido. A cada edição do *Conhecendo* é visível a troca de energia entre os participantes e esse clima também é percebido pelos colegas de setores distintos que não somente prestigiam a atividade, por vezes, participando da ação educativa, outras colaborando na confecção de novos produtos, como o “Horário Eleitoral Gratuito” e no *making of* “No tempo de Moysés Vianna”.

Um momento marcante nessa trajetória foi a realização da mesa redonda “Memória e Sociedade: ações educativas no Judiciário” quando o *Conhecendo* foi apresentado ao lado de iniciativas desenvolvidas por memoriais congêneres, que

compartilham dificuldades por terem semelhanças organizacionais e na tipologia do acervo. Foi importante conhecer as soluções criativas encontradas para o processo educativo. Essa atividade iniciou uma parceria entre as instituições de memória ligadas ao Judiciário no Rio Grande do Sul e já rendeu outros frutos. Nesse sentido, destaco a importância da organização em rede, tanto da memória eleitoral, já oficializada, quanto à relacionada aos órgãos de todo o Judiciário nacional que está em fase de criação. Isso demonstra um avanço no processo de guarda e preservação de um patrimônio muito rico, ainda pouco explorado por parte dos pesquisadores, como também disponibiliza um campo de atuação para os museólogos.

Em muitos momentos foi difícil a tentativa de aproximar a prática cotidiana aos conceitos teóricos, um dos objetivos neste trabalho, e tendo sido o primeiro exercício acadêmico nessa direção, creio que foi deficitário em alguns aspectos. Discutir metodologias, apresentar ideias, dialogar sobre ética e política é muito mais fácil quando coletivo do que escrever sobre esses temas e referendá-los através da teoria, de forma solitária.

O uso de “objetos geradores” qualifica o trabalho de aproximar a função do museu com a escola. Todavia apresenta limitações, pois não é possível levar muitos objetos e, considerando que em grande parte o acervo do Memorial é composto por documentos em suporte de papel, o recurso da imagem torna-se indispensável. Muitos estudantes nunca visitaram um museu e a forma lúdica como os objetos e os elementos de provocação são apresentados pode contribuir para o desejo de conhecer instituições museais.

Todavia, creio que o *Conhecendo a Justiça Eleitoral* apresenta um potencial como ferramenta de diálogo com uma parcela significativa da sociedade composta pelo público estudantil e deve ser mantido e ampliado. Destacarei alguns aspectos que poderão contribuir para a continuidade e aprimoramento do *Conhecendo*:

- Os estudantes apresentam uma criatividade típica dos jovens, cheia de vigor e brilho e poderia ser melhor aproveitada essa relação entre o memorial e a escola se houvessem projetos onde os participantes produzissem charges, ilustrações, poesias, ou algum tipo de registro sobre o que vivenciaram durante a ação educativa e, posteriormente, esse material viesse a compor os audiovisuais e materiais impressos do Memorial. Seria possível confeccionar marcadores de página, cartões-

postais, outros tipos de *souvenirs* a partir das imagens criadas pelos estudantes. Ou ainda, disponibilizar essa produção através da página eletrônica do Memorial, no site do TRE-RS, ilustrando-a com o olhar do participante;

- Poderiam ser realizados concursos de poesia, de música, redação e fotografia sobre as eleições ou outros temas do *Conhecendo*. Creio que teríamos grandes surpresas e o material seria riquíssimo.

- Campanhas para coletar doações de “santinhos”, “causos” e objetos que as pessoas guardam consigo e que possam ser relacionados com a trajetória da Justiça Eleitoral enriqueceriam o acervo. Falamos tanto em participação, que esse movimento seria muito simbólico para envolver a Instituição e a população.

Por fim, esclareço que este trabalho, por representar a primeira tentativa de sistematização do processo envolvendo o *Conhecendo a Justiça Eleitoral*, aproximando à prática e à conceituação teórica, apresentou possíveis falhas, que com certeza, produzirão novas aprendizagens para que sigamos aprendendo e, em outro momento, seja aprimorado. Aliás, “Conhecendo”, um vocábulo empregado no gerúndio, dá a ideia intrínseca de ação durativa combinada com o movimento.

REFERÊNCIAS

AUSUBEL, D.P.; NOVAK, J.D. e HANESIAN, H. **Psicologia educacional**. Rio de Janeiro: Interamericana, 1980.

BOFF, Leonardo. **Tempo de transcendência**: o ser humano como um projeto infinito. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

BOSI, Eclea. **Memória e Sociedade**: lembrança de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CHAGAS, Mário. **Museu**: coisa velha, coisa antiga. Rio de Janeiro: UNIRIO, 1987.

CURY, Marília Xavier. Comunicação e pesquisa de recepção: uma perspectiva teórico-metodológica para museus. **História, Ciências e Saúde**, Manguinhos, v.12 (suplemento), p.365-80, 2005.

_____. **Educação em museus**: panorama, dilemas e algumas ponderações. *Ensino Em Re-Vista*, Uberlândia, v.20, n.1, p.13-28, jan./jun. 2013

FIGURELLI, Gabriela Ramos. O Público Esquecido pelo Serviço Educativo. In: **Cadernos de Sociomuseologia**, Lisboa, v.44, p. 204-223, 2012. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/viewFile/2876/2188>>. Acesso em: 22 maio 2014.

FRANCO, Marília. Linguagens visuais e cidadania. **Comunicação & Educação**, São Paulo, v.9, n.32 a 35, maio/ago. 1997. Disponível em: <<http://revistas.univerciencia.org/index.php/comeduc/article/viewArticle/4054>>. Acesso em: 22 maio 2014.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

_____. **Política e educação**: ensaios. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GADOTTI, Moacir. **A questão da educação formal/não-formal**. Disponível em: <http://www.virtual.ufc.br/solar/aula_link/llpt/A_a_H/estrutura_politica_gestao_organizacional/aula_01/imagens/01/Educacao_Formal_Nao_Formal_2005.pdf>. Acesso em: 22 maio 2014.

GONDAR, Jô. Quatro Proposições sobre Memória Social, in: GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera. **O que é memória social**. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2005.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

ITAÚ CULTURAL. **Enciclopédia Itaú Cultural Artes Visuais**. Disponível em: <http://www.itaucultural.org.br/aplicExternas/enciclopedia_IC/index.cfm?fuseaction=o bra&cd_verbete=670&cd_obra=61279>. Acesso em 22 maio 2014.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Unicamp, 1990.

LIMA, Valéria. **Uma viagem com Debret**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

LOPES, Margaret Maria. A favor da desescolarização dos museus. **Revista Educação Sociedade**, Campinas, v.3, n.40, dez. 1991.

MARCHI, Ana Carolina Bertoletti de; COSTA, Antônio Carlos da Rocha. Ampliando as ações educativas dos museus por meio da formação de comunidades virtuais de aprendizagem. **Informática na Educação: teoria e prática**, Porto Alegre, v.9, n.1, p.83-96, jan./jun. 2006.

MARQUES, Otacílio Guedes. **Informação histórica**: recuperação e divulgação da memória do Poder Judiciário Brasileiro. 2007. 133f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília. Brasília, 2007. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1563/1/Dissertacao_Otacilio_Guedes_Marques.pdf>. Acesso em: 22 maio 2014.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. **Educação e museus**: sedução, riscos e ilusões. *Ciência e Letras*, Porto Alegre, n.27, p. 91-101, 2000.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. **Museus Históricos**: da celebração à consciência Histórica. Como explorar um museu histórico. São Paulo: Museu Paulista: USP, 1992.

MOGADOURO, Cláudia. O cinema reinventando a escola: um diálogo da Educomunicação com o filme A invenção de Hugo Cabret. **Comunicação & educação**, São Paulo, v.19, n.1, p.64, jan/jun 2014.

NAIFF, Denis Giovani Monteiro; SÁ, Celso Pereira de; NAIFF, Luciene Alves Miguez. A memória social do estado novo em duas gerações. **Psicologia: Ciência e Profissão**, São Paulo, v.28, n.1, p.110-121, jun.2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932008000100009&lng=en&tlng=pt.10.1590/S1414-98932008000100009>. Acesso em: 22 maio 2014.

OLIVEIRA, Adriane Stoll de. A codificação do Direito. **Jus Navigandi**, Teresina, v.7, n.60, 1 nov. 2002. Disponível em: <<http://jus.uol.com.br/revista/texto/3549>>. Acesso em: 10 de junho 2014.

OLIVEIRA, Francisco. **O que é formação para a cidadania?** Entrevista. [dez.1999]. Entrevista concedida à Silvio Caccia Bava. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/textos/coliveira.htm>> Acesso em: 30 maio 2014.

PALMÉRIO, Mário. **Vila dos Confins**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.

PORTO, Walter Costa. **Dicionário do voto**. Brasília: UnB, 2000.

RAMOS, Francisco R.L. **A danação do objeto**: o museu no ensino de História. Chapecó: Editora Argos, 2004.

RODRIGUES, Ana Ramos. O Museu Histórico como agente de ação educativa. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, São Leopoldo, v.2, n.4, dez. 2010.

SÁ, Mem de. **A politização do Rio Grande**. Porto Alegre: Tabajara, 1973.

SOARES, André Luis Ramos (Org.). **Educação patrimonial**: relatos e experiências. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2003.

**ANEXO A – ESTUDANTES DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL
SENADOR SALGADO FILHO – FORO DE ALVORADA – RS 2010.**



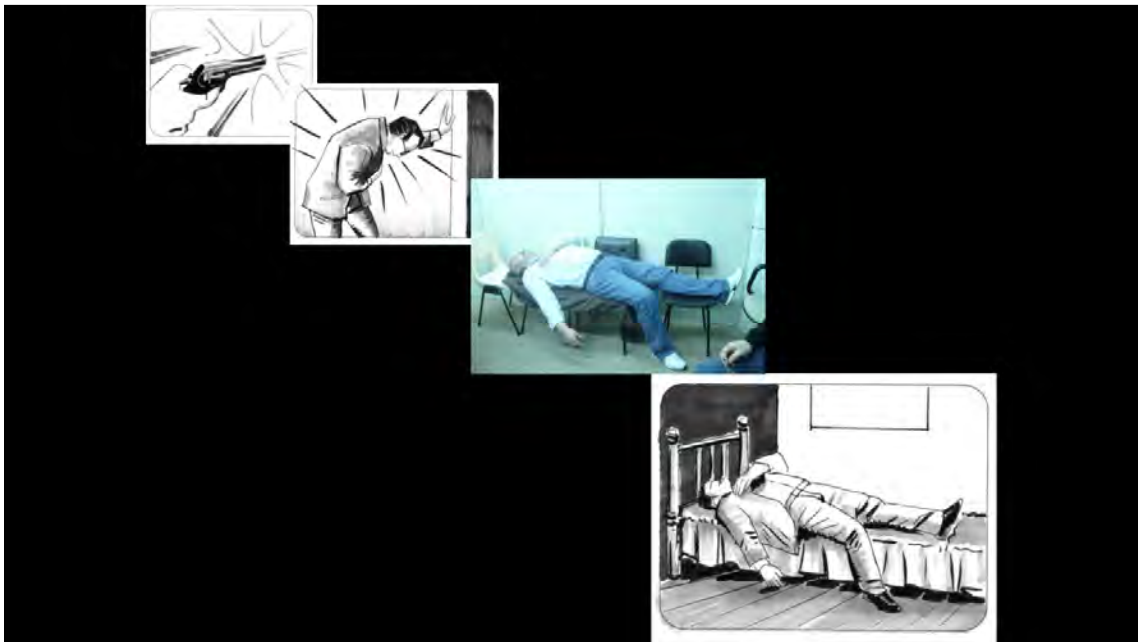
Fonte: Acervo do Memorial da Justiça Eleitoral Gaúcha

ANEXO B – NOTEMPO DE MOYSÉS VIANNA - DVD

Gravações do documentário No tempo de Moisés Vianna em Santiago – 2009
A preparação para a entrevista na casa da D. Nilda.



Ciclo Moisés Vianna – Entrega do DVD ao “Seu Lauzinho”
Evento realizado pelo TRE – RS em parceria com a URI em Santiago -
2009.

ANEXO C – STORYBOARD PARA A REVISTA NO TEMPO DE MOYSÉS VIANNA

Colaboração dos colegas do TRE – RS na simulação da cena para a confecção da ilustração. Porto Alegre, 2009.

ANEXO D – PARTICIPAÇÃO NO PROJETO CONHECENDO A JUSTIÇA ELEITORAL

Tomei conhecimento do Projeto Conhecendo a Justiça Eleitoral por meio de relatos feitos pelos colegas Jacqueline Frison e Luiz Antônio Klein

Fiquei interessada imediatamente, tendo em vista experiência anterior à minha entrada no TRE como professora da então denominada área de Estudos Sociais.

Fui convidada então a acompanhar os referidos colegas em uma de suas muitas apresentações em uma escola particular do Município de Sapucaia do Sul.

Durante a apresentação deles, constatei o entrosamento da dupla de servidores, que interagiu entre si e com os alunos do Ensino Médio sobre a finalidade do TRE-RS e com os objetos do acervo, e que logo criou um clima de empatia e de muito interesse e por parte dos jovens.

Verifiquei que a linguagem usada pelos colegas servidores era quase coloquial com o objetivo de prender a atenção dos alunos.

Feita a exposição sobre os objetivos do programa em execução e também do TRE/RS, foi apresentado um histórico sobre as eleições no Brasil.

Os alunos ficaram muito interessados e fizeram várias perguntas sobre o assunto.

Para finalizar, foi realizada uma eleição simulada, com a finalidade de os jovens experimentarem o processo que envolve o eleitor, desde a escolha dos candidatos até o ato de votar.

Depois de todo esse trabalho, os alunos apresentaram suas impressões sobre o que tinham ouvido e exercitado.

Ao participar da experiência, verifiquei que o projeto aproxima os cidadãos do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, possibilitando que a nossa Instituição cumpra cada vez mais com a sua finalidade: prestar um serviço de qualidade, consolidar a democracia, inserindo-se na comunidade onde atua.

Tamanho é o alcance de programas como esse, que ele não apenas se consolidou como observei que houve um investimento maior por parte da Instituição para a sua expansão.

Texto de Sandra Juguero, analista judiciária aposentada do TRE-RS.

Porto Alegre, 15 de junho de 2014.

**Sandra Juguero na Ação Educativa Conhecendo a Justiça Eleitoral na Escola
Nossa Senhora de Fátima, Sapucaia do Sul em 2010.**



Fonte: Memorial da Justiça Eleitoral Gaúcha

ANEXO E – RELATÓRIO DO 3º FÓRUM NACIONAL DE MUSEUS

156

RELATÓRIO DO 3º FNM :: COMUNICAÇÕES COORDENADAS – PROPOSTAS APROVADAS

a faixa etária entre 10 e 18 anos. A investigação consistiu de um formulário com as seguintes perguntas: "Como você vê o museu?" e "Você já foi ao museu?". Dos 221 jovens que preencheram o questionário distribuído pelos pesquisadores, 113 estudantes expressaram suas visões sobre os museus por meio de textos e 108 por meio de desenhos.

No total, 22% dos participantes responderam nunca terem visitado um museu, levando-nos, através de suas percepções, a uma importante reflexão museológica: dentre estes, 74% das redações revelam uma imagem positiva dos museus e nenhum dos estudantes apresentou uma visão negativa. Relatos demonstram o museu como um instrumento de aprendizado e de transformação pessoal, pois este seria um mediador da cultura.

Os resultados mostram que, na percepção dos estudantes, o museu é um instrumento fundamental para a sociedade. Alguns adolescentes citaram o desejo de que essas instituições sejam duradouras, permanentes, para que possam vivenciá-las no futuro com seus filhos e netos, demonstrando perceber a essência do trabalho museológico: salvaguardar o conhecimento produzido pelo homem, comunica sua trajetória cultural e um meio de expressão e reflexão sobre a atividade humana.

Conhecer as percepções do público sobre o museu é um importante passo para compreender quais seus imaginários sociais e, a partir destes, atuar como um agente transformador. Cabe aos profissionais da área adotar meios de aproximação e espaços estimulantes intelectual e afetivamente para diferentes grupos: pois pela pesquisa observa-se que existem públicos que não só esperam, mas acreditam que o museu tem o potencial de contribuir para uma transformação interna que oriente comportamentos em prol da sociedade e do meio.

Conhecendo a Justiça Eleitoral

Jacqueline Martins Frison (Centro de Memória da Justiça Eleitoral do TRE/RS)

O presente trabalho consiste no relato de experiência realizada pelo Centro de Memória da Justiça Eleitoral do Rio Grande do Sul que, preocupado com a preservação e o estudo da história político-institucional e coerente com a função social do espaço museológico, desenvolve desde 2007 um projeto de aproximação com a comunidade estudantil da região

metropolitana de Porto Alegre. Desta forma, surgiu o Conhecendo a Justiça Eleitoral.

Considerando a democracia e a cidadania como premissas básicas para o desenvolvimento social, este projeto aborda as diversas etapas que o sistema eleitoral brasileiro percorreu em busca da participação democrática e da verdade eleitoral, revisitando a história política quando permeada pela história desta justiça especializada. Através de audiovisuais, palestras e debates aliados a visitas a mostras de objetos do acervo, busca-se o diálogo entre a Museologia e a educação.

O objetivo é disseminar conhecimento sobre as atividades da Justiça Eleitoral, assim como o entendimento que o processo de consolidação da democracia – construído ao longo das últimas décadas e, portanto, patrimônio de todos – ultrapassa a questão do sufrágio.

Sendo assim, o Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul visa a contribuir com a cultura política dos estudantes, fomentar a participação cidadã e divulgar seu acervo, suas pesquisas e suas instalações.

Implementação de condições para a preservação e transmissão das manifestações culturais e históricas do tropeirismo no Museu do Trabalho e Tecnologia da Escola Agrotécnica Federal de Sombrio (EAFS)

Jaqueline Posser Gallina (professora de História, mestre em Extensão Rural e tecnóloga em Cooperativismo/Escola Agrotécnica Federal de Sombrio)

Esta comunicação relata o desenvolvimento da temática do movimento do tropeirismo em uma instituição escolar que se serve da educação patrimonial no seu agir pedagógico. Também apresenta os objetivos, a justificativa, a motivação e os passos referentes a ações patrimoniais desenvolvidos pela Escola Agrotécnica Federal de Sombrio, no município de Santa Rosa do Sul (SC).

A Escola Agrotécnica Federal de Sombrio (Eafs), uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação desde 1994, localiza-se no município de Santa Rosa do Sul, no

ANEXO F – MESA REDONDA



15h30
Credenciamento

16h
Abertura

Coordenação de Mesa/Mediadora

Desa. Elaine Harzheim Macedo - *Tribunal Regional Eleitoral*
Vice-Presidente e Corregedora do TRE-RS

16h10

Conhecendo a Justiça Eleitoral

Jacqueline Frison - *Centro de Memória da Justiça Eleitoral do Rio Grande do Sul*
Analista Judiciário do TRE-RS

16h30

Formando Gerações

Carine Medeiros Trindade - *Memorial do Judiciário do Rio Grande do Sul*
Assistente Técnico do TJ-RS

16h50

Conhecendo as Competências da JFRS

Rita Vieira da Rosa - *Memorial da Justiça Federal do Rio Grande do Sul*
Diretora do Núcleo de Documentação da JF-RS

17h10

Ação Educativa: Diálogos entre a Teoria e a Prática

Dra. Ana Maria Dalla Zen - *Universidade Federal do Rio Grande do Sul*
Docente do curso de Museologia da UFRGS

17h30

Debate

18h30

Encerramento

Inscrições

As inscrições são gratuitas e poderão ser realizadas através do e-mail: centrodememoria@tre-rs.jus.br
Maiores informações através do telefone (51)3216-9420

15 DE MAIO DE 2013 ÀS 15h30

PLENÁRIO TRE-RS - DUQUE DE CAXIAS n. 350 - PORTO ALEGRE/RS

